

Texto-fonte:
Obra Completa, Machado de Assis,
Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938.

Publicado originalmente em *O Futuro*, Rio de Janeiro, de 15/09/1862 a 01/07/1863.

15 DE SETEMBRO DE 1862.

Tirei hoje do fundo da gaveta, onde jazia a minha pena de cronista. A coitadinha estava com um ar triste, e pareceu-me vê-la articular por entre os bicos, uma tímida exprobração. Em roda do pescoço enrolavam-se uns fios tenuíssimos, obra dessas Penélopes que andam pelos tetos das casas e desvãos inferiores dos móveis. Limpei-a, acariciei-a, e, como o Abencerragem ao seu cavalo, disse-lhe algumas palavras de animação para a viagem que tínhamos de fazer. Ela, como pena obediente, voltou-se na direção do aparelho de escrita, ou, como diria o tolo de *Bergerac*, do receptáculo dos instrumentos da imoralidade. Compreendi o gesto mudo da coitadinha, e passei a cortar as tiras de papel, fazendo ao mesmo tempo as seguintes reflexões, que ela parecia escutar com religiosa atenção:

— Vamos lá; que tens aprendido desde que te encafuei entre os meus esboços de prosa e de verso? Necessito mais que nunca de ti; vê se me dispensas as tuas melhores idéias e as tuas mais bonitas palavras; vais escrever nas páginas do *Futuro*. Olha para que te guardei! Antes de começarmos o nosso trabalho, ouve amiga minha, alguns conselhos de quem te preza e não te quer ver enxovalhada . . . Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretensiosa, e em um abrir e fechar de olhos perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar. O pugilato das idéias é muito pior que o das ruas; tu és franzina, retrai-te e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônicas. Seja entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos. E assim viverás honrada e feliz.

E havendo dito estas coisas à minha pena, tinha eu acabado de preparar o papel, e eis que ela começou, entre os meus já desacostumados e emperrados dedos, a mencionar que no dia 4 deste mês se efetuou o encerramento da assembléia legislativa, cerimônia sobre a qual nada há que dizer, porque foi conforme os estilos que por sua natureza nada oferecem de notável. Os membros do parlamento foram procurar no remanso da paz o repouso das lutas da tribuna e dos trabalhos com que auxiliaram a administração na sessão finda. Entre os serviços prestados este ano pela representação nacional, convém não esquecer o de haver habilitado o governo a fazer o serviço financeiro de 63 a 64 por meio de um orçamento definido e discutido.

Passo às letras e às artes.

O maior acontecimento literário da quinzena foi o poema de Thomaz Ribeiro, *D. Jaime*, cujos primeiros exemplares chegaram pelo paquete. A fama chegou com o livro, e assim, todos quantos estimam a literatura, militantes ou amadores, correram à obra mal os livreiros a puseram nos mostradores. Dizia-se que *D. Jaime* era uma obra de largas proporções, e que Thomaz Ribeiro, como raros estreates, deitara a barra muito além de todos os estreates; dizia-se isto, e muitas coisas mais. O poema foi lido, e uma só vírgula não se alterou aos louvores da fama. O poema *D. Jaime* é realmente uma obra de elevado merecimento, e Thomaz Ribeiro um poeta de largo alento; a sua musa é simultaneamente simples, terna, graciosa, épica, elegíaca; ensinou-lhe ela a ser poeta de poesia, expressão esta que não deve causar estranheza a quem reparar que há poetas de palavras, mas Thomaz Ribeiro não é poeta de palavras, certo que não!

Não me demorarei em referir os episódios mais celebrados do poema, nem em analisar as páginas mais lidas, que o são todas, e no mesmo grau, mas muito de passagem perguntarei com o Sr. Castilho onde há mais pura e doce poesia do que naquele fragmento poético — *Os filhos do nosso amor?* — Aquele fragmento publicado isoladamente bastaria para cingir na cabeça de Thomaz Ribeiro a augusta e porfiada coroa de poeta.

Antes da chegada do paquete que nos trouxe aquele presente literário, havia sido publicado o terceiro volume da Biblioteca Brasileira, interessante publicação do meu distinto amigo Quintino Bocaiúva. Este terceiro volume é o primeiro de um novo romance do autor do *Guarani*. Vejamos o que se pode desde já avaliar nas primeiras cento vinte páginas do romance, que tantas são as do primeiro volume.

E antes de tudo notarei o apuro do estilo em que está escrito este livro; a pena do autor do *Guarani* distinguia-se pela graça e pela sobriedade; essas duas qualidades dobraram na sua nova obra. O romance intitula-se *As minas de prata*, e é por assim dizer uma investigação histórica. Serve de base ao romance a descoberta de Robério Dias, no ano da graça de 1557, de umas minas de prata em Jacobina. O romance abre por uma rápida descrição da Bahia de S. Salvador, no dia primeiro de janeiro de 1609. É dia duplamente de festa: dois motivos traziam a população alvoroçada; o primeiro, o dia de ano bom; o segundo, a festa que se preparava para celebrar a chegada à Bahia do novo governador D. Diogo de Menezes e Siqueira.

O autor faz assistir o leitor à entrada das devotas para a igreja da Sé onde devia ser cantada a missa; em ligeiras penadas dá ele amostra dos costumes do tempo, e é por uma cena pitoresca que ele prepara a entrada de alguns dos principais personagens do romance, Estácio Correa, Cristóvão d'Ávila, elegante do tempo, Elvira e Inezita. O namoro destes quatro dentro da igreja é contado em algumas páginas graciosas.

Não acompanharei capítulo por capítulo o primeiro volume; tenho medo de reduzir à prosaica e seca narrativa a exposição interessante das *Minas de Prata*. Notarei que neste volume, que, como acabo de dizer, é uma exposição, as personagens destinadas a figurar no primeiro plano da história são introduzidas em cena com a importância que as caracteriza: Vaz Caminha, o jesuíta Fernão Cardim, o jesuíta Gusmão de Molina. Se alguma observação me pode sugerir a leitura que fiz do volume, é relativamente a uma simples questão de pormenor. Este padre Molina entra em cena com a cara fechada de um conspirador; deixa-se adivinhar que ele vem em virtude das questões levantadas pela ingerência da Companhia de Jesus nos negócios da administração. Um simples secular que trouxesse uma missão secreta seria reservado; com um jesuíta, não se dá à plausibilidade de suspeitar o contrário; seria prudentíssimo e reservadíssimo. Ora, não me parece próprio de um jesuíta o conselho dado ao lance do xadrez na biblioteca do convento, conselho que, aludindo às suas intenções relativamente ao governador, faz olhar de esguelha o licenciado Vaz Caminha. Talvez esta observação não tenha a

importância que eu lhe acho; mas qualquer que seja a insignificância do pormenor a que aludo, lembrarei que é do conjunto das linhas que se formam as fisionomias, e que não sei de fisionomia de jesuíta descuidada e indiscreta.

Entretanto, demos fim à observação e consignemos, ao lado da grata notícia do primeiro volume, o desejo que nos fica, a mim e aos que o leram, da próxima publicação dos dois volumes complementares.

Falemos agora de Arthur Napoleão que acaba de chegar ao Rio de Janeiro. Em 1857, aquele prodigioso menino inspirou verdadeiro entusiasmo nesta Corte, onde acabara de chegar cercado pela auréola de uma reputação. Criança ainda, o prestígio dos tenros anos dava ao seu talento realce maior. Com ele acontecera o mesmo que com *Mozart*, de quem diz um escritor, aludindo à primeira manifestação do talento na idade pueril: — "*C'est ainsi que Mozart apprit la musique, comme en se jouant, ou plutôt la musique se reveillait dans son âme avec le sentiment de la vie.*" Desde os primeiros anos, Arthur revelou-se, e desde logo começou para ele essa série não interrompida de triunfos de que se tem composto a sua existência.

Os amigos e patrícios poderiam desconfiar do seu entusiasmo, e indagar entre si se ele não era efeito de um amor sem exame nem reserva, ou pela interessante criança, ou pelo patrício artista. Essa dúvida, se alguma vez se apresentou no espírito dos patrícios e dos amigos, dissipou-se sem dúvida quando Arthur Napoleão, entrando nos grandes centros da arte e dos artistas, recebeu deles a confirmação solene do batismo da pátria. Aplausos, ovações, abraços fraternais o receberam, e cada nome que passava, *Rossini, Meyerbeer, Verdi, Talberg, Vieux-Temps, Sivori*, deixaram uma nota sua, uma linha, uma palavra no álbum do menino artista.

Assim cresceu Arthur Napoleão na idade, na glória e no talento; de cidade em cidade, a sua viagem foi um triunfo não interrompido; mas, como verdadeiro artista, não se deixou adormecer nos louros e nas delícias de Cápua; estudou viajando, e buscou pelo estudo a perfeição. Nem só executa inspirações alheias; tem-nas suas e das mais originais; e deve-se ao seu estro musical algumas composições esparsas de muito merecimento. Sei mesmo que Arthur Napoleão busca voar mais alto e escrever seu nome em uma obra duradoura: dois poetas ingleses deitaram mãos à obra, a pedido do compositor, e cada um foi depor-lhe nas mãos um poema dramático, tirado um da comédia de *Shakespeare, Como queira*, e o outro de uma novela de *Fenimore Cooper*.

Quisera falar de teatros, mas os teatros não me dão largo campo para falar deles, ou, arrisquemos antes a verdadeira expressão, não me dão campo absolutamente nenhum. Nenhuma nova de vulto, digna de menção, foi dada nos dias da quinzena; e a não ser a *reprise* dos *Íntimos*, no Ateneu Dramático, para solenizar o grande dia nacional, na presença da imperial família, e cujo desempenho esteve na altura dos melhores dias daquela comédia, não tenho que comentar entre mim e o público. No horizonte aparece notícia de novidades dramáticas, e talvez à hora em que os leitores lerem estas páginas alguma delas estejam na tela da publicidade. Dessas novidades são as principais um drama original no Ginásio e uma tradução no Ateneu; o drama original é do Sr. Dr. Macedo, e intitula-se *Lusbellia*; a tradução é uma comédia do feliz e talentoso *Sardou*, o autor dos *Íntimos* e das *Garatujas*, intitulada *O Borboletismo*. É a necessidade que os maridos têm de variar de ocupações, de hábitos e... de mulheres. Borboletear é o verbo, e nesta época em que os costumes sofrem suas mais ou menos profundas facadas, estou certo que esta comédia desafiará a curiosidade angustiosa de muitas esposas. Eu li o original da comédia francesa, e posso afirmar que não há posição mais ridícula do que a do marido borboleteador, e que conclusões de V. *Sardou* são de consolar as mulheres desventurosas. Ocorre-me agora que também o Ateneu Dramático anuncia uma nova comédia, original brasileiro, cujo título é uma interrogação: *O que é o casamento?* O autor chama-se* * *.

Este sinal abriu já campo às conjecturas. A comédia é para estréia do distinto artista Joaquim Augusto, que acaba de chegar da cidade de S. Paulo.

Nenhuma ocasião mais azada do que esta para lançar ao papel algumas reflexões que trago incubadas relativamente à situação dos teatros. Para os que, como eu, vêem no teatro uma tribuna e uma escola, é triste contemplar o abandono em que ele jaz, sem que a iniciativa oficial intervenha com a sua força e com a sua autoridade. Assim, vemos hoje duas cenas regulares entregues aos seus próprios recursos; a primeira, o Ateneu Dramático, onde uma reunião dos nossos melhores artistas trabalha com ardor por desempenhar uma tarefa árdua, gloriosa, embora, marcando a cada exibição notável aproveitamento dos seus recursos; a segunda, o Ginásio, onde o grupo de artistas que lhe ficara depois do último desmembramento, procura e se esforça por continuar as tradições passadas. Não sei qual o meio de resolver a situação, ou antes, não quero estender-me ao exame dela; mas o que é fato é que o trabalho fecundo e os recursos bem aproveitados têm direito à atenção do governo; e mais que tudo as duas missões do teatro, a moral e a poética, demandam dos poderes superiores alento e iniciativa. Dito isto, ponho ponto final a esta crônica, e passo a ralhar com a minha pena, que tão esperançosa me surgiu da gaveta, e tão desalinhada e sensaborona se houve nestas páginas.

30 DE NOVEMBRO DE 1862.

O acadêmico *Viennet*, voltando depois de algum tempo ao campo da publicidade, escreveu estas palavras no prefácio do seu livro: "*Me voilà cependant, me voilà encore!*". Guardando todas as proporções, e sem pretender o contentamento e a sensação que o livro do autor da *Ligue* devia naturalmente produzir, escrevo aquilo mesmo, e acrescento: "*Me voilà pour toujours!*"

Para sempre. Neste aposento construído no fundo do edifício que o leitor acaba de percorrer instalo-me eu, e aqui praticarei mansamente com o leitor sobre todas as coisas que nos fornecer a quinzena, sem fadiga para mim nem mágoa para ninguém. Durarão as nossas palestras o intervalo de um charuto, mais infelizes nisto que as rosas de Malherbe. Olhe o leitor: à roda da mesa estão jornais de todo o império; sentemo-nos como bons e pacíficos amigos, e começemos por encarar afoitamente aqueles estouvados peruanos.

O leitor sabe já de todas as ocorrências de que foi testemunha o velho Amazonas; sabe que ali troou o canhão e que fomos ludibriados no começo, no meio e no fim. O atentado não se podia revestir de circunstâncias mais agravantes, nem a arrogância peruana podia manifestar-se em mais larga proporção e sob melhor luz. Arrogância, disse eu, e não se pense que foi por não me ocorrer outro termo; arrogância ingênita, filha deste preconceito, que naturalmente os peruanos hão de ter, de que são realmente filhos do Cid e do sol.

Seja como seja, o fato é que a dignidade da nação brasileira foi vilipendiada e que só uma enérgica intimação poderá ter lugar depois daquelas ocorrências; o país espera ser bem defendido pelo governo nesta deplorável questão.

No meio de todas as preocupações esta me parece a principal, a que deve ocupar mais lugar e tempo nas lucubrações íntimas do gabinete. Creio que o sentimento do governo é o mesmo; certos atos demonstram que ele não quer protelar a questão, e sem dúvida as ordens levadas pela expedição do Pará hão de ser no sentido de nos desagrar honrosamente.

O que eu não posso é saber já o que se tem passado, e serei desculpado por não dar notícia sobre os fatos dos navios peruanos e da esquadilha brasileira. Mas, a

não dizer mais alguma coisa sobre a questão, como encher o espaço que me resta? Ir ao Castelo assistir à exumação dos ossos de Estácio de Sá? Melhor sorte me dê Deus! Dispensar o leitor dessa viagem, e com isso me dispensar a mim mesmo. Direi, já que falo nos ossos do fundador da cidade, que quaisquer que fossem os inconvenientes do modo por que se procedeu à exumação, e os houve, ainda assim aquela empresa revela que entre nós já se quer cuidar de certas coisas que até hoje pareciam não merecer séria atenção. Ainda bem. Segundo se acha anunciado, efetua-se no dia 1º o ato de inumação dos restos de Estácio de Sá, convenientemente arranjados e entregues aos cuidados de pessoas vigilantes.

Para alguns é duvidosa a autenticidade dos ossos achados na sepultura do Castelo; devo dizer que esta dúvida só a ouvi articular a pessoas que duvidam de tudo, pela razão de terem sido enganadas muitas vezes, o que é um procedimento acertado. Eu não sei se a dúvida tem lugar, mas louvo-me na opinião geral e na dos professores que dirigiram a exumação, para a qual não faltaram, segundo nos disse a imprensa, todas as instruções arqueológicas.

Lembra-me agora que *Méry*, estando em Roma, encontrara um dia alguns sujeitos a cavar em certo lugar, animados por dois *lords* que, de quando em quando, atiravam uma moeda aos trabalhadores. *Méry*, apaixonado pelas ruínas, parou e assistiu à exumação do que quer que fosse. Finalmente apareceram uns fragmentos de estátua, a cujo aspecto um olhar experimentado não daria menos de mil anos.

Grande contentamento dos ingleses, que fizeram conduzir até o carro as preciosidades encontradas no solo romano. *Méry* pediu humildemente para ajudar a carregar parte daqueles preciosos achados, e com toda a veneração foi depositar a sua carga no carro dos patrícios de *lord Palmerston*.

Compreendo a satisfação que deve ter um homem apaixonado pela antiguidade, ao ver diante de si os restos de uma obra que supõe haver encantado os olhos de todo o patriciado romano. E compreendo também o desgosto que havia de ter o autor da *Florida*, quando, à noite, em uma reunião de pessoas distintas, depois de haver contado o fato da manhã, soube que os restos achados eram de véspera preparados de modo a parecer que datavam de longe, acrescentando o carrasco das suas ilusões que o Museu de Londres esta cheio destas tais antiguidades, coisa que eu creio um pouco dura.

Não presuma o leitor malicioso que eu trouxe este conto para diminuir a idade aos ossos encontrados na sepultura de Estácio de Sá. Creio que são autênticos, e na verdade é isso que devemos crer todos, porque não podemos crer noutra coisa. Compensa isso à fadiga dos que lá foram ao Castelo assistir ao ato. Eu não fui, e creio que fiz mal. De mais, se é verdade, como eu creio, que além desta vida há uma vida melhor, e que, portanto Estácio de Sá está nos olhando talvez por um destes óculos do céu que nós chamamos estrelas e dumas faíscas dos pés do Onipotente; se é verdade isto, sejam ou não aqueles os ossos autênticos, uma vez que a intenção é boa, Estácio ficará agradecido e aceitará lá de cima a fé, a intenção, se não puder aceitar os ossos.

Estas reflexões sobre ossos e ruínas levam-me naturalmente ao teatro, que está ameaçado de passar ao estado de monumento curioso, a despeito dos esforços individuais. Mas parece que a força da corrente é superior a todos os esforços, e que não há regime preventivo contra o efeito dos elementos deletérios. Eu não acho culpa do que sucede senão nos poderes do Estado, que ainda se não convenceram de que a matéria de teatros merece uns minutos ao menos da sua atenção como tem merecido nos países adiantados. Quando eu vejo que na França, em março de 48, um mês depois da revolução, se decretava sobre teatro, no meio das preocupações políticas, lastimo deveras que no Brasil o poder executivo tenha limitado a sua ação a dar e a retirar subvenções, e a incomodar uma comissão, de cujas opiniões escritas fez depois pasto às traças da secretaria.

Voltarei a esta matéria mais tarde, ou talvez faça dela objeto de estudo especial; por agora, cumpre-me mencionar as novidades anunciadas, e que sem dúvida serão novidades realizadas no momento em que o leitor me ler.

O Ateneu anuncia uma comédia de *Emile Augier* e *Ed. Foussier*, *As Ieas pobres*. Esta comédia deve a sua celebridade em Paris a duas coisas: ao seu mérito intrínseco, que é de primeira ordem, e às discussões havidas por ocasião de ser apresentada à comissão de censura. Parece que a comissão saiu um pouco fora dos seus deveres, deixando de fazer censura dramática para fazer censura literária; e a não ser o imperador, ainda hoje a comédia estaria interdita.

Anuncia também a Sociedade Dramática uma representação da *Herança do Chanceler*, no Teatro Lírico.

Em cata de notícias procuro lembrar-me se durante os últimos quinze dias houve alguma publicação literária, ou mesmo iliterária, de que dar parte. Em outra parte não haveria necessidade de procurar; com certeza o revisteiro encontraria, ao começar o seu trabalho, a mesa cheia de publicações. Tudo, porém, é relativo, e o movimento das publicações entre nós ainda é, como outras coisas, lento e raro.

Vejo agora um exemplar de um novo romance do Museu Literário, intitulado *A Lamparina*. É a segunda obra que o museu publica, e ainda do mesmo autor. Para os que leram a *Lenda do Alfinete* esta é a melhor recomendação que se lhe possa dar. Eu só desejo que publicações como o Museu Literário e a Biblioteca Brasileira sejam compreendidas e festejadas pelo público, doce remuneração aos esforços conscienciosos.

Se fosse possível a comunicação de todos os fatos da vida particular entre o cronista e os seus leitores, eu daria aqui as razões do desconchavo em que vai esta revista, escrita a todo o vapor, para satisfazer às exigências da tipografia. Mas, como não é possível, limito-me a lamentar que assim seja e a despedir-me para a quinzena seguinte.

15 DE DEZEMBRO DE 1862.

Contos do Serão é o título de um pequeno volume...

Cuida o leitor ao ver-me começar por este modo, que tenho uma crônica farta e volumosa de notícias, e que para ganhar tempo é que entro em matéria? Antes assim fosse. Eu comecei assim, não só para usar de todas as deferências para com um talento modesto, mas ainda para fugir a este lugar-comum que me ia saindo dos bicos da pena:

Suponha o leitor, queria eu dizer, que está em uma assembléia legislativa. Discute-se o orçamento da receita e despesa, matéria de máxima importância, como se vê logo pela designação. Há grande alvoroço: pedem a palavra, sobem à tribuna os melhores oradores, a lógica e a retórica andam em pleno exercício; e a palavra humana torna-se nesse momento, para usar da expressão de *Montalembert*, o tipo supremo da beleza, a arma irresistível da verdade. Sobre que se discute? Sobre o orçamento? Não, senhor: os oradores cansam-se, elevam-se, lutam, fazem prodígios da língua, sobre tudo, menos o objeto da discussão. As questões de política especulativa, as recriminações dos partidos, as invectivas pessoais, o inventário parcial do passado, as conjecturas arbitrarias do futuro, tudo o que pode ser alheio ao orçamento entra em pleno serviço; o orçamento, esse ouve falar em seu nome por duas outras vozes mais moderadas, que, entrando no terreno prático, desdenham o palavreado estéril e procuram utilizar o tempo malbaratado.

A imagem diminuída, mas aproximada deste fato anual, queria eu acrescentar, acha-se nesta palestra de hoje com os meus leitores, na qual poderemos tratar de tudo, menos do objeto principal que nos reúne. Vê o leitor que, apesar de usado por boas autoridades, isto é um lugar-comum perfeitamente comum. Tive razão em retrair a pena. Afinal de contos, o leitor não tem culpa que o Rio de Janeiro ande a competir com a chuva em aborrecimento e que mesmo lhe leve a palma. Em mímica de notícias forja-se, ou enche-se papel com qualquer coisa.

Dada esta ligeira explicação, volto aos *Contos do Serão*. É um livrinho do Sr. Leandro de Castilhos, composto de três contos: *Uma boa mãe*, *Otávia* e *Um episódio de viagem*. O título do livro, modesto e simples, corresponde à natureza da matéria. Trata-se de ligeiros contos, escritos sem pretensão, visando menos glória literária do que as impressões passageiras e agradáveis do lar. Entretanto, fora injustiça ler o volume do Sr. Castilhos fora do terreno literário. Dá-lhe o direito de assistir aí a um talento que, se não se apresenta com maior fulgor, nem por isso é menos real e menos esperançoso.

Por que não ensaia o Sr. L. de Castilhos um romance de largo fôlego? Não lhe falta invenção, as qualidades que ainda se não pronunciaram, reservadas ao romance, não de por certo tomar vulto e consistência nas composições posteriores, feitas com meditação e trabalhadas conscientemente.

O romance, de que temos apenas dois assíduos cultores, o Srs. Macedo e Alencar, espera por novos, porque tem ainda muitos recantos não investigados e talvez fontes de boa riqueza.

Do romance ao teatro é um passo, e eu não tenho grande dificuldade em dá-lo.

Duas novidades que devem ser contadas como literária apareceram na quinzena: *As leoas pobres*, de *Emile Augier*, e a *Herança do Chanceler*, do Sr. Mendes Leal. Todavia, esta segunda, por já conhecida de todos, não ofereceu outra novidade além da representação pelos artistas do Ginásio. Farei eu a injustiça de crer que os leitores não conheciam a *Herança do Chanceler*?

Há uma terceira novidade; esta, porém, não me cabe avaliar, que a não vi, e a julgar pelo que me assegura pessoa de conceito, está fora das condições literárias assinaladas às duas primeiras. É a comédia: *Os amores de Cleópatra* que entretanto preenche o dever a que os nomes dos autores estão obrigados: faz rir. Foi também representada no Ginásio.

Pelo que respeita às *Leoas pobres*, é essa uma comédia que assusta os espíritos menos ousados e faz recuar à primeira vista. Todavia, quem tiver a força de conservar-se alguns momentos diante dela e meditá-la, verá que nem há motivo para terrores, mas que ainda há muito boas razões mais bem acabadas do teatro contemporâneo, todas as reservas de parte, entenda-se.

Não fatigarei a paciência do leitor relatando o entrecho das *Leoas pobres*, que o leitor viu, ou leu, ou soube pelos jornais. Vinha a propósito, é verdade, desenvolver um ponto que na imprensa foi apenas tocado, o desenlace da peça, mas eu ainda não quero fazer injustiça a ninguém que me lê repetindo princípios de arte comezinhos, expostos por todos os autores, e quase objeto de compêndio hoje.

De duas representações a que assisti, uma pouco me agradou, foi a do Teatro Lírico, onde só se podem acomodar os sopranos e tenores de força, e impróprio para fazer sobressair uma composição dramática. Levada ao Ateneu Dramático, cujas proporções me parecem perfeitamente acomodadas à cena moderna, a comédia pôde aparecer melhor, e satisfez-me a representação com pouquíssimas reservas.

Para voltar ainda à comédia, pois que a pressa com que vai este escrito me obriga a estas marchas retroativas, direi que, como concepção e execução, as *Leas pobres* honram o talento de *E. Augier*, que não pode ser acusado nem de falta de vigor dramático, nem de certo critério que resulta da observação e da meditação. Há, como indiquei acima, pontos de reserva, mas eu que não faço crítica, e apenas dou relação comentada dos fatos da quinzena, poderei entrar na apreciação desses lados que me parecem fracos sem, por um retorno justo, avaliar uma por uma as muitas belezas da comédia? Bem vêem que me levaria longe, e eu prefiro não sair das raias marcadas pelas exigências tipográficas.

Houve outra novidade no teatro, que eu de propósito deixei para o fim; é uma comédia que tem por título — *O Protocolo* — e que traz o meu nome. Os escrúpulos que me fazem não dizer palavra sobre este pequeno ato são bem compreendidos do leitor. Não foi, porém pelo simples prazer de falar da minha peça que eu citei esta novidade. Foi para deixar escrito desde já, que muito a meu contento a representaram os artistas do Ateneu.

E para terminar direi que, ao passo que esta revista escrita, é lida pelo leitor no seu gabinete fechado e na sua casa não menos solidamente construída, anda por alto mar o pianista Arthur Napoleão, que daqui se foi a mostrar-se aos nossos vizinhos do Prata.

Para não fazer esquecer a fraseologia mitológica e o cunho de certas figuras poéticas, ponho ponto final dizendo que Éolo há de por certo respeitar aquele que, com harmonias mais brandas, o faria encerrar-se cativado nas grutas sombrias de sua morada incógnita.

1º. DE JANEIRO DE 1863.

Abre-se o ano de 63. Com ele se renovam esperanças, com ele se fortalecem desanimados. Reunida à família em torno da mesa, hoje mais galharda e profusa, festeja o ano que alvorece, de rosto alegre e desafogado coração. 62, decrépito, enrugado, quebrantado e mal visto, rói a um canto o pão negro do desgosto que lhe atiram tantas esperanças malogradas, tantas confianças iludidas. Pobre ano de 62! Deverei eu entrar no coro dos acusadores? Que podias fazer? Tiveste contra ti os elementos, o céu e a terra, os homens e as coisas; a tua vontade era sincera, mas a tua força era comparativamente nula. Toma o bordão e segue o caminho da eternidade; olha sem desgosto as festas com que é recebido teu jovem irmão; daqui a doze meses, estará como tu, velho, enrugado, mal visto e apupado. É a eterna ordem das coisas.

63 alvorece entre palmas e beijos. Será teu horizonte límpido e sereno, nenhum ponto negro, ao longe, fará estremecer os espíritos? Não; 62 lega a 63 uma pesada herança; guerras, perturbações, descrenças, ódios, malquerenças, pirraças; nações sem rei, à cata de rei; reis sem trono, à cata de trono; reis constitucionais sem constituição; luta de irmãos, rusgas de primos; papa-rei em Roma, rei-papa na França; o Oriente tempestuoso, o Ocidente enublado; o argumento em duelo com o sofisma; a mentira com a verdade, a boa fé com a velhacaria; miragens poéticas no sul, no norte, no oeste, de um pólo a outro, da parte de Aquiles, da parte de Heitor; a indecência triunfante, o decoro vilipendiado, a sinceridade mal entendida; a loucura no fastígio, o bom senso ao sopé; imagem do caos, enfim, onde se abalroam, procurando solução, duro e mole, o que é leve e o que é pesado.

Tal é o fardo que 62 põe nos ombros de 63. Terá 63 força para pôr ordem a esta balbúrdia? Duvido; é tarefa superior às forças de um ano; mas ele fará o que puder, estou certo.

E entre todas as sérias questões, a do Amazonas não tem lugar distinto? Certo que sim. Que resultará desta pendência entre o Império e a República Peruana? Confesso que não sei nem a ninguém é dado prever o futuro nas coisas do meu país. Mesmo confessando as boas intenções dos que vão ao leme do Estado, há razão para abstrair da lógica e contar com o imprevisto e com o absurdo. As últimas notícias do Amazonas não são animadoras; é com receio que espero as notícias próximas; afigura-se-me que hão de ser piores, por mal da nação, e por glória do nosso rixoso co-ribeirinho.

Não é raro fazermos triste figura nas nossas pendências internacionais; anda nisto uma fatalidade, quero crê-lo; a idéia de um império enguiçado é menos desanimadora que outra fácil de compreender, e que eu deixo ficar tranqüilamente no tinteiro. As lições do passado servem de espelho ao presente e ao futuro, e o nosso receio é deste modo natural.

Às leitoras parecerão diminuídas desta importância as considerações que acabo de fazer. E realmente como poderiam esses tenros espíritos apreender-se destes receios e destas angústias? No momento do perigo, do perigo palpável, do perigo visível, eu sei, a mãe manda seus filhos à batalha, a esposa separa-se facilmente do esposo, a irmã do irmão. Mas por agora, que estamos nos preliminares e em pleno verão, que idéia terá suspenso o espírito da leitora? Ir para Petrópolis ou para a Tijuca, fugir ao fogo que toda a cidade respira, ir beber nas auras das montanhas o ar puro e fresco que insinua a paz e o descanso no espírito. Que impedimento a detém? Que razão lhe fechará o caminho, que revista da quinzena a obrigará a estar presente na corte? Nada dessas coisas; escolhido o ponto da emigração, pronta a mala, escolhidos os livros... Ah! Por falar em livros escolhidos, aconselho às leitoras que juntinho ao abade Smith, simples e cândido pela forma e pelo fundo, páginas escritas, reunidas por um talento que alvorece, terno e ingênuo, o *Lírio Branco* de Luiz Guimarães Júnior.

Leia a história de Coração (é o nome da heroína) que ganhará boas e doces impressões; valerá o mesmo que passear o olhar por um horizonte azul e puro, tal é a inocência dos amores do par de que trata o livrinho. Maria da Conceição é um nome que eu acho lindo e que compete a certas criaturas entre a terra e o céu; o sentimento geral é que é um nome ridículo e prosaico, pois veja a leitora com que arte o autor sabe dizer que a heroína da história, a menina dos quinze anos, chama-se Maria da Conceição, de maneira a não repugnar aos paladares comuns. Coração, explica depois o autor, era o nome dado entre família.

Depois ajunte a leitora alguns versos queridos, escritos por despedida, com lágrimas, com sentimento, alguma flor seca recendendo o perfume da mão que primitivamente a teve, aí está uma bagagem que há de fazê-la passar um verão feliz.

Quanto a mim, cá fico para assistir de perto aos acontecimentos; para ir ver os acrobatas da Guarda Velha e do teatro de S. Pedro; para assistir aos aplausos que hão de saudar dois jovens talentos dramáticos, os autores da *Túnica de Nessus* e da *Mancenilha*, anunciadas pelo Ateneu, e mais os que aparecerem; cá, fico, no meio do pó, do calor, condenado a não arredar pé do cepo fatal.

Sem pó e sem calor, e pelo contrário, debaixo de copiosa chuva, foram alguns intrépidos amantes da boa música e dos bons talentos a S. Domingos no dia 17, para onde os convidaram por carta os Srs. capitão de mar e guerra José Secundino Gomensoro, brigadeiro M. E. de Castro Cruz e Antonio Ignácio de Mesquita Neves, promotores de um concerto dado por Antonio Luiz de Moura.

Moura é um distinto professor de clarineta, devendo ao seu merecimento a sua infelicidade, consórcio quase infalível no nosso país.

Os intrépidos que puderam atravessar a baía para ir assistir ao concerto não eram em grande número. Nem por isso a reunião deixou de ser animada, ou talvez que por essa circunstância tivesse mais animação. A pouca gente dá certo ar de família e põe mais a gosto convidados e concertistas. Foi o que aconteceu

A escolha de um sítio campareco foi bem avisada, e, a não ser a chuva, o que a festa perdeu ganharia em dobro. Pena é que por estes tempos se deva forçosamente contar com a chuva, o que infelizmente não entra nos cálculos de ninguém.

Tomaram parte no concerto vários amadores de mérito, e para não estender-me em mais detalhada apreciação, que não posso, à míngua de espaço, citarei entre todos o nome da Exma. Sra. D. Maria Leopoldina de Mello Neves, esposa de um dos signatários das cartas de convite.

Hoje há uma reunião, não musical, mas literária e musical, no salão da *Phil Euterpe*. É dada pela sociedade Ensaio Literário, que completa quatro anos de existência. Os membros desta modesta associação seguem assim o exemplo salutar do Grêmio e do Retiro literário. Deus queira que a chuva não afugente ninguém.

Acabo de receber um novo volume da Biblioteca Brasileira; mal deitei os olhos ao rosto do livro; é um romance traduzido, que se intitula *Lady Clare*. Na próxima crônica direi o que pensar da obra.

Passarei a mencionar a inauguração do retrato de Francisco de Paula Brito, na sala das sessões da Sociedade Petalógica. Paula Brito foi amigo desta associação, que em sua casa se fundou; durante longos anos os membros da Petalógica tiveram nele um dedicado companheiro, de amigo velho e provado que era. O dia 15, aniversário da morte de Paula Brito, foi escolhido para a cerimônia da inauguração do seu retrato. Esta foi simples e modesta, como pedia o caso. Reunidos os amigos do finado, vários pronunciaram algumas palavras de saudade, e assim ficou realizada a tocante idéia. Paula Brito merecia estes sinais de gratidão saudosa que dão à sua memória seus amigos de tantos anos.

Para terminar, convido a leitora a pôr de parte o *Futuro*; o que me resta mencionar nada tem de imaginoso, é de natureza positiva, há de enfiá-la, aborrecê-la, coisa que nem suspeitar é bom. E para entrar bruscamente em matéria dir-lhe-ei: - trata-se do *Lloyd* Brasileiro. O que é *Lloyd*? É uma associação, cujos estatutos dependem da aprovação do governo. O governo, que afere a importância das coisas pelo seu maior ou menor caráter positivo, não tem razão para dormir sobre a solução pedida. Ora, tanto quanto posso ver nesta matéria, parece-me que as relações comerciais ganham com a organização do *Lloyd*, que estabelece a segurança nos transportes por mar, e põe termo a muitos inconvenientes que existem hoje. Cobia descer a maiores explicações, mas nem tempo nem espaço tenho para isso.

Leitor, boas festas, a ti e a

Machado de Assis

15 DE JANEIRO DE 1863.

A questão das reclamações inglesas ocupou exclusivamente a atenção do público durante esta quinzena. A população da Corte nos primeiros dias do ano ofereceu o mais nobre e consolador espetáculo; a ansiedade ao princípio, e depois, uma vez conhecida toda a correspondência diplomática, a indignação moderada, prudente, sensata; o desafio tácito do direito à força, da legalidade ao abuso, sem desvarios,

sem ataques individuais. Os dias 5 e 6 principalmente foram os de maior agitação; o imperador com toda a família imperial desceu ao paço da cidade; a confraternização do povo com o chefe do Estado foi mais cordial, a mais expansiva, a mais verdadeira. Às aclamações populares respondia o imperador com protestos vivos de que era brasileiro, e que a sua coroa respondia pela dignidade da nação.

Em tal situação, e correspondendo a tão patrióticas manifestações, o governo imperial teve a coragem precisa para responder às exigências britânicas com firmeza e energia, pondo acima de todas as mesquinhas considerações a idéia nobre e augusta do decoro nacional. A correspondência diplomática é uma página viva do patriotismo. A razão é nossa, o direito é nosso; se os resultados de um ataque não forem igualmente nossos, que importa isso? A consciência da nossa causa deve dar-nos bastante tranqüilidade diante da vitória da força, que será a vitória da imoralidade. Tal é o transunto das notas do gabinete.

O representante da Inglaterra cedeu de todas as suas anteriores pretensões; e as condições da nota de 20 de dezembro prevaleceram mais extensas talvez, e, portanto com mais honra para a nação. Levada a questão ao gabinete de Londres, resta saber se o grupo de homens que dirige os destinos da Grã-Bretanha imitará o procedimento do seu representante nesta Corte. Há uma dignidade convencional que consiste em desconhecer o dever e a justiça para dar satisfação ao orgulho do poder. Esta dignidade há de se achar ferida com a altivez do nosso governo; a submissão teria dado à Grã-Bretanha mais uma razão de apertar os vínculos de amizade com o Império!

Prevendo todas as conseqüências futuras, o país acha-se disposto a depor o que houver de resistência no altar da pátria. Nesta Corte as manifestações desta natureza não se têm feito esperar; recursos de que o governo carece, sem que este tenha reclamado uma subscrição nacional, já vão aparecendo; a câmara municipal já recebeu o nome de muitos voluntários. Uma sociedade que tomou o nome de União e Perseverança formou-se na câmara municipal, domingo último. Mais de duas mil pessoas concorreram aos convites feitos nos jornais. Foi aclamado presidente o Sr. Dr. Saldanha Marinho, e bem assim um diretório composto daquele ilustre jornalista e dos Srs. Theophilo Ottoni e conselheiro Antonio José de Bem. Outra sociedade foi também organizada nesse dia no Pavilhão Fluminense. O mesmo entusiasmo patriótico reina por toda a parte sem distinção de classes.

Se me é dado conjecturar as emergências ulteriores em relação ao *Futuro*, deixe o leitor que eu revele a incerteza em que eu estou, os temores que me assaltam, porque não suponho que os ingleses, em caso de ataque, tenham simpatia por coisa nenhuma. Já não é desta opinião o redator principal, que tem entre mãos um romance do Sr. Camilo Castelo Branco, matéria de um grosso volume, e que o redator pretende dar todo no *Futuro*, capítulo por capítulo, sem receio de bala inglesa. Uma coisa que ele não pode compreender é que a publicação de um romance do Sr. Camilo Castelo Branco depende da vontade de *lord Palmerston*. Acho-lhe até certo ponto alguma razão. O romance escrito expressamente para o *Futuro*, e propriedade desta revista, tem por título um provérbio: Agulha em palheiro é este século e a sociedade onde o poeta escreveu; o que o poeta procura é um homem, que chega a encontrar, mais feliz nisto que o vaidoso Atenicense. De mulheres é que não há palheiro no século; o próprio poeta o declara referindo-se à sua heroína: "Paulinas de certo há muitas. As senhoras, em geral, são, como ela, todas, quando encontram homens como aquele." Não sei se esta regra tão absoluta pode ser admitida, mas, feitas algumas exceções de que rezam até os noticiários, acho que é uma verdadeira regra geral.

Passo a falar da peça do Sr. S. B. Nabuco de Araújo, ultimamente representada no Ateneu, com fervoroso aplauso. Esse aplauso, creio eu, tem duas significações: uma pelo talento do poeta, outra pela nacionalidade da obra. Em uma terra onde a

literatura dramática balbucia apenas, os aplausos públicos não podem deixar de ter esta dupla significação; e nesse sentido é que a crítica deve apreciar.

Sempre que um novo sacerdote se apresenta à porta desta igreja, tão despovoada ainda, deve ser recebido com palmas e cânticos. Transmitir à geração futura os preliminares de uma obra que seja completada com proveito é a ocupação de alguns espíritos amantes das letras e do progresso do país. Sem a solidez intelectual e a capacidade que a esses distingue, mas com o mesmo amor e a mesma perseverança, trabalharei eu, conforme me permitirem as forças de que disponho.

O autor da *Túnica de Nessus* merece todas as simpatias, e tem direito a ser recebido no seio da literatura dramática. É assim que o aplaudo e saúdo. Entenda-se, porém, uma coisa: nas minhas observações literárias nunca levo pretensão a crítico. Tal não me supponho, mercê de Deus. A crítica é uma missão que exige credenciais valiosas, de cuja minguia não me coro de vergonha em confessar, como não tenho vaidade em referir as pouquíssimas coisas que sei.

O que eu confesso é que sou moço, e que como tal, vou ao encontro dos moços com entusiasmo de camarada. Entre os que são da mesma idade é natural e fácil à comunicação das impressões recebidas, e mútuo conselho sempre resulta emenda e progresso.

Entre mim e o autor da *Túnica de Nessus* não pode haver senão mútuos e cordiais conselhos. Toca-me a vez, e declaro que o faço com tanto prazer quanta sinceridade, e que a independência, de que não posso prescindir no meu juízo, em nada prejudica o desejo que nutro de lhe aplaudir muitas vitórias dramáticas.

Começarei pelas belezas ou pelos defeitos da *Túnica de Nessus*? O próprio poeta impõe-me a escolha destes, visto que, pelo que me consta, é seu principal desejo que lhe apontem as falhas da obra.

Direi, portanto, que me pareceu descobrir o principal defeito da *Túnica de Nessus* na ação, que não é suficiente para as proporções da peça, nem caminha sempre pela razão lógica das coisas. No intuito de simplificá-la, fê-la o poeta exígua, diluída nos seus quatro atos; eu a quisera, e dizendo *eu* supponho falar em nome de uma teoria — eu a quisera mais complexa, mais dramática. Preocupado com a pintura do principal caráter, o poeta esqueceu opor o bem ao mal, estabelecer uma luta, que, satisfazendo as condições da cena, desse explicação a muitas passagens obscuras. Adélia gasta, perde-se, infama-se, sem combate; não é combate à queixa desanimada de Máximo e a exposição de algumas teorias muito sãs de Oliveira. Esta ausência de luta entre os sentimentos tira à peça, apesar de vários lances de muito efeito, a necessária vitalidade dramática.

Mas o tipo de Adélia, tão exclusivamente tratado, satisfaz as intenções do poeta? Cuido que não. Parece-me indeciso, contraditório às vezes, às vezes tocado de mais. A sua exigência de que o marido se dispa dos hábitos modestos e renegue a arte, é tão cruel, tão arrebatadamente feito, que nos leva insensivelmente a indagar que relações existem entre a verossimilhança e esse ruim capricho.

No segundo ato, prevendo a miséria, foge com um visconde, a quem pouco antes deixa ver que não ignora todo o horror de uma situação equívoca. Perdida, os seus sentimentos parecem ora bons, ora maus, ora filhos de um espírito indiferente e frio. A filha, que levava de casa de seu marido, está a expirar em um quarto; Adélia parece amá-la, tanto que não tivera forças de deixá-la, fugindo da casa de seu marido; mas, entre o leito da moribunda e a mesa de um festim, Adélia prefere esta, senão de notar que nenhuma consideração impede a contigüidade do lugar da ceia e do lugar da morte. Este contraste, trazido para efeito cênico, derrama mais obscuridade e confusão no caráter de Adélia.

Nesse ato, porém, refere-se que durante dezesseis anos Adélia não assistira Inês de suas carícias de mãe; em tal caso, trazer consigo a filha da casa de seu marido foi um capricho sem explicação. Mas, posta assim à situação, é preciso atribuir às palavras de Oliveira, na penúltima cena, o aparecimento da ternura maternal no coração de Adélia. Pode-se, sem violência, aceitar esta solução? Pois o que não fizeram longos dias de martírio da enferma, fazem algumas palavras mais ou menos veementes do médico? E aquela alma que recua por vaidade, ao ir, por extrema prova, despedir os banqueteadores, estava acaso preparada para receber a divina faísca do amor maternal?

Máximo é também um caráter pouco seguro. É um homem fraco, passivo, sem vontade, sem decisão; tudo isto é natural; mas essa passividade, que ele afeta no interior conjugal durante anos, não exclui, e até tem sua razão de ser, na extrema delicadeza de sua alma, na bondade de seu coração, no profundo amor que vota a sua mulher. Tais qualidades não se pervertem no sofrimento, apuram-se; e quando uma cela monacal é o teatro das dores íntimas, o espírito ganha forças, não de combate, mas de clemência e perdão.

Esse espírito misericordioso é que eu quisera ver nas palavras de Máximo, a uma frase de sua filha, que maldiz o pai desconhecido, conta-lhe a história das suas desventuras conjugais, no ponto de vista interessado de marido; esta represália é própria do Máximo do primeiro ato, e, sobretudo do Máximo religioso? Estabelecer no espírito da moribunda um duelo de sentimentos; opor-se, nessa hora suprema, às dolorosas invenções da mãe, revelações não menos dolorosa do pai; lançar a dúvida naquela alma que se ia embora ignorante das tormentas da vida, eis o que falseia o caráter de Máximo e desmente a sua missão evangélica. Dezesseis anos, a solidão do claustro, as letras divinas, a convivência de Deus, não teriam apaziguado naquela alma as paixões da terra e posto termo aos ódios do passado?

Resta Oliveira; é um homem nobre e dedicado; a sua estima por Máximo e a sua aversão por Adélia são extremas; esse extremo explica a sua áspera e indiscreta pergunta no final da peça, quando a situação pedia uma complacente concessão.

Do visconde e de Fernando nada direi; passam a peça como meteoros; mas a passagem do segundo está justificada? Que faz a peça a presença desse Armando passageiro? Sem o amor de Fernando a peça existia, e quanto ao caráter de Adélia, que o poeta quis melhor definir com essa circunstância, torna-se mais confuso ainda. Para rematar estes senões que me parecem existir na *Túnica de Nessus*, direi que o estilo peca por demasiadamente lírico; as figuras, os tropos, as parábolas, surgem sobreposse em cada diálogo, até nas falas de Inês, menina moribunda, em cuja boca destoa semelhante linguagem. Será isto um partido tomado, ou resulta da própria tendência do poeta? Seja como seja, o poeta dá-nos algumas figuras bonitas, veste idéias novas em roupas originais, o que não impede por vezes figuras como estas condenadas por sua vulgaridade:

— Para que fazer-me subir nas asas brancas da esperança até ao céu das ilusões, e depois cair no abismo da realidade?

Indaguemos agora das qualidades do poeta. A primeira é, sem dúvida, a dos efeitos; feitos as reservas que já aponte, a última cena do primeiro ato impressiona muito; é escrita com fogo e cheia de movimento; no segundo ato, a cena vem encontrar Adélia em colóquio amoroso com o visconde é habilmente trazida; a transição, uma das feições típicas de Adélia, inspira interesse e é conduzida com engenho.

As cenas da enferma com Oliveira e com Adélia são tocadas com sentimento; há nelas o tom plangente da elegia, e a mais de um tenho ouvido o que eu próprio sinto; são imensamente comoventes. O quarto ato, que é para mim o melhor, no ponto de vista do movimento dramático, inspira nas suas poucas cenas muito interesse; a aparição de Máximo sob a veste monacal, o desespero de Adélia aos

pés da filha, a figura calma de Oliveira dominando aqueles diversos sentimentos, tudo isso traz suspenso o espírito do espectador; o lance do encontro de Máximo e Adélia é hábil e interessante; no desenlace, Adélia enlouquece, é o complemento da sua desgraça, o termo de sua vida malbaratada.

Do que levo dito, deve concluir-se uma coisa: que ao autor da *Túnica de Nessus* falta certo conhecimento da ciência dramática, mas que lhe sobejam elementos que, postos em ação e dirigidos convenientemente, lhe darão eminente posição entre os nossos poetas dramáticos.

A intuição dos efeitos, a imaginação viva, a paixão abundante, tais são os seus meios atuais; a observação e a perseverança se encarregarão de aplicá-los discretamente, desenvolvê-los, completá-los, e abrir ao poeta no futuro uma carreira que eu profetizo segura e gloriosa.

Expus com franqueza e lealdade, sem exclusão do natural acanhamento, as minhas impressões; os erros que tiver cometido provarão contra a minha sagacidade literária, nunca contra o meu caráter e a minha convicção.

Esta glória, que não reputo exclusiva, havia de tê-la o autor da *Túnica de Nessus*, se, em iguais circunstâncias, tivesse de julgar uma obra minha.

31 DE JANEIRO DE 1863.

Houve sempre incúria em fazer o Brasil a sua propaganda na Europa, conveniência fácil de compreender por todos, mas que o governo nunca compreendeu, ou tratou por alto. É cabido, portanto, mencionar com louvor a fundação do *Brésil*, jornal escrito em francês pelos redatores da *Atualidade*, e publicado à entrada e saída dos paquetes transatlânticos. Trata-se de se nos apresentar na Europa com imparcialidade e justiça os redatores da *Atualidade* não deixam dúvida alguma a este respeito e há até a esperar muito deles. Partindo de alguns cidadãos, esta medida que o governo deveria iniciar, há de produzir mais efeito do que se partira do governo. É positiva a diferença que vai da propaganda por convicção e por amor do país, à outra propaganda menos espontânea embora tão convicta.

O *Brésil* entra no 3.º número a hora em que escrevo. As empresas desta ordem merecem ordinariamente os sorrisos da incredulidade, atento o exemplo mais que muito repetido, de não passarem, como as crianças mofinas, do período de dentição. A *Atualidade*, porém, pode atestar a força de vontade dos redatores do *Brésil*. Começada no ano de 1857, atravessou ela cinco anos sem descorar diante das dificuldades, e dando um grande exemplo de perseverança. O irmão mais moço da *Atualidade* não há de ser menos opulento de vida e de tenacidade.

Um dos últimos paquetes trouxe um livro português, que na sua pátria teve grande aceitação, graças principalmente ao assunto de que trata. É a paródia do *D. Jaime*, feita pelo Sr. Roussado, intitulada *Roberto ou a dominação dos agiotas*. É um verdadeiro poema cômico? Não; não se pode dizer isso na literatura que possui o *Hyssope* e as sátiras de Tolentino, que são outros tantos poemas; mas, como amostra de um poeta de futuro, acho que deve ser lido o *Roberto*.

O Sr. Roussado mostra ter facilmente, e algumas vezes, graça na locução; mas a designação de poema herói-cômico só poderia caber ao livro, quando todas as condições necessárias ao gênero estivessem preenchidas; no poeta cômico devem concorrer qualidades tão superiores como no poeta épico, porque ambos os gêneros se tocam, e daqui vem chamar *Victor Hugo* ao *D. Quixote* a *Ilíada* cômica. Estas qualidades superiores não se nos descobrem no *Roberto*. Todavia, ocultar o que o Sr. Roussado tem de bom, fora injustiça clamorosa; já assinalei a facilidade e graça do seu verso, acrescentarei que alguns pedaços do poema de *D. Jaime*

foram parodiados com acerto e certa originalidade.

No Ateneu e no Ginásio deu-se uma comédia em 3 atos de *Lambert Tiboust* e *Théodore Barrièe*. É uma composição burlesca, mas verdadeiramente chistosa, cheia de interesse e de lances cômicos, trazidos com sacrifício de verossimilhança, mas tratados com uma verve inesgotável. Uma crítica que não for muito exigente pode até achar no caráter de *Pincebourde* algum estudo. O desempenho no Ateneu, onde a vi, pareceu-me, certas reservas de parte, muito satisfatório.

Para terminar a história da quinzena perguntarei ao leitor: - Conhece uma árvore, que Alá pôs em Java, como diz o Jáo, por nome mancenilha, tão maléfica que dá a morte a quem procura a sombra dela? O nome dessa árvore tomou-a para título de uma comédia, em um ato, um jovem estreante na carreira dramática, o Sr. J. Ferreira de Menezes. Qual é o objeto simbolizado no arbusto asiático? É o casamento, não na expressão absoluta, mas na prática especialíssima da união de um rapaz incauto com uma mulher fria, vaidosa, preferindo as rendas e o carmim às santas carícias do matrimônio. Que assunto comum! é a história de todos os dias, dirá o filósofo imberbe ou o marido nas mesmas circunstâncias. Seja, embora; comum não é de certo a comédia do Sr. Ferreira de Menezes, onde se perdoam as faltas ao par das muitas promessas e algumas boas realidades.

É evidente que um casamento nas condições apontadas não podia ser estudado em todas as suas fases, dentro dos limites de um ato. O Sr. Ferreira de Menezes não quis mais que traçar uma silhueta, sem pretensão a fazer um estudo, o menos profundo que fosse da hipótese que figurou. Para apreciar a obra do Sr. Ferreira de Menezes é preciso não perder de vista esta circunstância.

Mas esta circunstância livra-o de culpa e pena? Sou amigo do poeta, e tenho, portanto, dois motivos para dizer francamente que não. Por desambiciosas que fossem as suas intenções, há condições rigorosas a que o poeta não se podia esquivar, e essas, entre os quais avulta a de precisar e definir os caracteres, não as teve o poeta como essenciais. Talvez que, desbravada a comédia das imaginações e fantasias, apareça uma ou outra feição característica das personagens, mas como ir procurá-la através de tanta folha e flor enredada, ao capricho de um pensamento ainda não regulado pela arte?

O que resulta, é que o espectador, sem deslembrar a linguagem pouco amorosa de Margarida, não acha, em resumo, que houvesse motivo para as lamentações de Victor e as prédicas de Ernesto; por quando há uma coisa a notar: Margarida é mais mancenilha pelas asserções de Ernesto e Victor de que por seus próprios atos; e quando na cena de conversão ela se defende, tornando-se acusadora, se o espectador lhe não dá razão, também não dá razão ao poeta.

Este inconveniente, junto ao de cenas muito longas, tira à peça, não o interesse do espectador culto e paciente, mas o interesse da massa geral do público, com o qual se deve contar.

Feitos estes reparos, cumpre-me acrescentar que o autor da *Mancenilha*, com a sua comédia, obrigou-se solenemente a escrever novas peças; esta é apenas um ensaio, mas um ensaio onde o poeta, ao lado dos defeitos, mostrou verdadeiras qualidades. Sabe travar o diálogo, dar-lhe mesmo certo sabor e torneado que não são comuns em nossa cena; falta-lhe muitas vezes a concisão, tão necessária ao efeito do teatro, de modo que lhe acontece diluir um pensamento em muitas palavras, ou vesti-lo de formas tais que escapa ao espírito da maioria dos espectadores.

A sua composição há de parecer melhor no livro, onde as delicadas fantasias do poeta podem entrar mais livremente no espírito, onde as suas qualidades serão melhor apreciadas, onde até, estou certo, aparecerá certa limpidez que na exibição cênica me pareceu nula.

O Ateneu, levando a cena a *Mancenilha*, deu mais uma prova de que toma a sua missão como um empenho de honra, e que procura contribuir para o engrandecimento do teatro nacional com verdadeiro desvelo.

15 DE FEVEREIRO DE 1863.

Cinco ou seis dias depois da abertura da exposição fui à Academia das Belas Artes. Cuidava encontrar ali uma diminuta concorrência, a dessa pouca gente que neste país conhece e preza as artes. Calcule o leitor o meu espanto quando tive de atravessar aquelas salas desertas, onde as telas, as estátuas e os baixo-relevos pareciam olhar-se mutuamente como que desolados por tão cruel abandono.

Provará este fato contra a Academia? Ter-se-iam desfeito as esperanças postas naquela escola tão custosamente criada?

As proporções deste escrito não permitem uma séria e detida análise deste ponto; mas não deixarei de atestar duas coisas, uma contra, outra a favor da Academia; a primeira, é que realmente os resultados da Academia estão abaixo das esperanças e das legítimas previsões; a segunda, é que esse malogro procura hoje a Academia atenuá-lo por meio de alguns esforços. Todos os esforços serão poucos, e se a Academia não se convencer disto, demite-se de uma posição que pode vir a ser gloriosa, se for fecunda.

A exposição este ano foi aumentada com algumas cópias de obras-primas que estão nos museus da Europa. Entre essas cópias avulta a do corpo de Hércules, desenterrado em Roma, no *Campo di fiori* e guardado hoje no museu do Vaticano. É o resto de uma estátua que devia ser admirável, à vista do tronco mutilado e carcomido; nota-se mais *Antinoo*, cujo original existe no Capitólio; *Apollonio*, da Galeria de Florença; a *Venus d'Arles* da mesma; a *Amazona* e outras. São também dignos de atenção os trabalhos litográficos oferecidos à Academia pelo próprio autor, o Sr. *Brasscsat*. São dois quadros: primeiro representa *Uma luta de touros*, o segundo *Touros defendendo uma vaca*.

Acham-se esses quadros na sala do vestibulo, onde também se encontram duas gravuras delicadas de execução, representando uma *A destruição de Jerusalém*, e outra *A dispersão dos povos*, cópias ambas de painéis existentes no museu de Berlim.

Se penetrarmos na Sala de pintura, encontraremos em primeiro lugar alguns retratos do Sr. Carlos Luiz do Nascimento, conservador da Pinacoteca, dos quais dois apenas me pareceram completamente bons. Isto deve ser dito acompanhado de um louvor ao Sr. Nascimento pelos seus excelentes trabalhos de restauração que o tornam artista notável e indispensável naquela escola.

O Sr. Victor Meirelles de Lima tem alguns quadros nessa sala, os quais, parecendo bons, não são notáveis, pelo menos quanto é notável a sua *Cabeça de estudo* sob n.º 7. O mesmo artista tem na exposição o seu quadro *A primeira missa no Brasil*, obra já conhecida, e que, a não ter desses defeitos sutis que não se revelam à minha incompetência, me parece um painel excelente.

A exposição do Sr. Agostinho José da Motta peca por pequena e medíocre; os seus retratos não são obras tais que o Sr. Motta, talentoso professor da Academia, preferisse às paisagens que tão bem sabe pintar; quem o não conhecer e quiser julgar pela exposição deste ano, fica com uma idéia muito aquém daquilo a que o seu talento tem direito.

Do Sr. Arsênio da Silva existem na exposição algumas paisagens onde há toques

delicados e verdadeiramente artísticos; mas é pena que o seu pincel se escape em outros toques, por vezes tão carregados, que fazem destacar no conjunto de seus painéis.

A exposição do Sr. *Emilio Bauch* pareceu-me insignificante. *A volta do casamento*, no norte do Brasil, é um quadro de muito repreensível execução; o vagalhão sobre que se levanta o batel do noivado parece solidamente construído de madeira, tal o seu aspecto pesado e duro; se examinarmos a vela, a flâmula e as roupas dos tripulantes da barca, acharemos que muitos ventos sopram naquele sítio; ao passo que um impele o barco em uma direção, outro em direção oposta faz tremular brandamente a flâmula; e um terceiro brinca ao capricho do pintor com os colarinhos e as japonas da tripulação.

O quadro do Sr. *Julio Le Chevrel Paraguassú e Diogo Álvares Correia* têm coisas boas e coisas más. A figura de Diogo Correia recebendo Paraguassú das águas não tem expressão alguma; e uma cara morta; o mesmo acontece com a indígena. Como esteja Paraguassú quase toda fora d'água, quis-lhe o pintor espalhar pelo corpo umas gotas, mas tão infeliz se houve no trabalho, que, trazida a figura ao tamanho natural, ficam aquelas gotas do tamanho de grandes ovos, senão que já o seu aspecto é o de enormes pérolas; dissera-se que, ao salvar-se no bote de Correia, Paraguassú rompera um colar de pérolas que lhe vão rolando pelo corpo abaixo. Há, além destes, outros defeitos que não posso enumerar por me ir faltando espaço e não tê-los neste momento de memória.

Na exposição de escultura há um grupo do Sr. *Léon Deprez de Cluny*, representando *Uma família de selvagens atacada por uma serpente*. Os animais mortos que jazem no chão. São que há de mais notável neste grupo: o mais ou regular ou falso; na ordem do falso está a indígena, cuja cara com uma leve correção fica puro caucasiano.

É digno de nota o busto em mármore do Sr. conselheiro T. G. dos Santos, e digno de animação o artista que o fez, que é o Sr. José da Silva Santos. É um dos melhores trabalhos da Academia.

Na exposição dos artefatos da indústria nacional sobressaem os trabalhos de fundição de ferro e bronze do Sr. Miguel Couto dos Santos e a encadernação da Constituição Belga, obra do Sr. *J. B. Lombaerts*.

Naturalmente, escrevendo alguns dias depois da minha visita à exposição, deixo de mencionar alguma coisa que talvez mereça essa distinção, mas nem já, agora é dado remediar o mal, se mal há nisto, nem eu quisera por modo algum tornar estes simples apontamentos da minha crônica em revista crítica de Artes liberais.

A quinzena que findou foi puramente artística e literária. Passo às notícias literárias. Tenho em primeiro lugar nas minhas notas as *Produções poéticas* de Francisco José Pinheiro Guimarães, grosso volume contendo o *Child-Harold* e o *Sardanapalo*, de *Byron*, o *Roubo da Madeira* de *Pope*, e o *Ernani* de *Victor Hugo*.

O nome de F. J. Pinheiro Guimarães é conhecido por quantos estimam e prezam as letras; mas sinceramente creio que a nomeada do finado poeta não está na altura de seu brilhante talento. É que esse talento curava pouco de publicidade; e poetizava por natureza, como as flores dimanam cheiros, como uma necessidade fatal, sem que o pensamento de glória o preocupasse e fizesse pensar detidamente no futuro. Desta desambição, tão rara quanto funesta, deriva o nenhum caso que o poeta parecia fazer de seus versos, mal os acabava, como nos comunica o Sr. Dr. Otaviano no prefácio do livro.

Se as *Produções Poéticas* são, portanto, uma revelação para muita gente, para todos quase é certo, que essa revelação é das mais indisputáveis. Uma locução menos branda, um verso menos correto, são defeitos esses que o leitor perspicaz

não deixará de notar nas traduções mais de uma vez; mas o poeta não desceu às terras chãs de revisão literária, e essa é a explicação da ausência de outras belezas que a obra viria a ter. Em qualquer caso serve a declaração do autor do prólogo de que o poeta nacionalizou brasileiro a três poetas.

As dores da pátria inspiram sempre as almas poéticas; e a musa, nas crises nacionais, sabe erguer a sua voz como um protesto solene e uma suprema consolação. Revelação para mim e para muita gente foi o folheto de versos patrióticos publicados por L. Varela. Dizem ser este moço um estudante de direito, e ter já, escrito e publicado outros versos. Não me lembro de tê-los lido; o talento que escreveu os versos patrióticos, onde quer que se revelasse, devia deixar um perfume próprio para se não esquecer.

Os *Cantos patrióticos* merecem, pois, de minha parte uma dupla atenção, por seu mérito intrínseco e por serem os primeiros versos do poeta que conheço. Essa atenção já, eu lhe dei, lendo-os, relendo-os, conservando-os entre os livros mais do meu gosto. Segue-se daqui, que os *Cantos* sejam obra perfeita, que não haja ali certa pompa extrema e afetada, defeito de forma às vezes, e às vezes vulgaridade de pensamento? Dizer que não, seria enunciar o que não está no meu espírito; e eu antes de tudo devo a verdade ao poeta. Mas, a par dos defeitos dos seus cantos patrióticos, há belezas dignas de apreço; moço como é o Sr. Varela tem diante de si um futuro que a aplicação e o estudo dos mestres tornará glorioso.

Com a publicação do IX volume da *Biblioteca Brasileira*, termino a parte literária da quinzena.

Contém este volume a primeira parte do romance do meu finado amigo Dr. Manoel Antonio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*. A obra é bem conhecida, e aquela vigorosa inteligência, que a morte arrebatou dentre nós, bastante apreciada, para ocupar-me neste momento com essas páginas tão graciosamente escritas.

Enquanto se não reúnem em volume os escritos dispersos de Manoel de Almeida, entendeu Quintino Bocaiúva dever fazer uma reimpressão das Memórias, hoje raras e cuidadosamente guardadas por quem possui algum exemplar. É para agradecer-lhe esta piedosa recordação do nosso comum amigo.

1º DE MARÇO DE 1863.

Entre os poucos fatos desta quinzena um houve altamente importante: foi a supressão da procissão de Cinzas. Em 1862, logo ao começar a quinzena, publicou uma das folhas diárias desta Corte um artigo pequeno, mas substancial, no qual uma voz generosa pedia mais uma vez a supressão das procissões, como nocivas ao verdadeiro culto e filhas genuínas dos cultos pagãos. Nem o autor, nem o mais crédulo dos seus leitores, acreditaram que essa usança fosse suprimida; e a mesma grosseria, o mesmo fausto, o mesmo vão e ridículo aparato passou aos olhos do povo sob pretexto de celebrar os sucessos gloriosos da Igreja.

Em um jornal político, publicado então, e cujo 2.º número acertou de sair na sexta-feira da Paixão, veio incerta uma carta ao nosso prelado, menos eloquente e erudita, mas tão indignada como o artigo a que me referi. Assinavam essa carta umas três estrelas, ocultando o verdadeiro nome do autor, que era eu. O desgosto que me comunicara o primeiro articulista, aumentando o que eu já tinha, deu nascimento a essas linhas, em que eu fazia notar como prejudiciais ao espírito religioso essas grosserias práticas, mais que próprias para produzir o materialismo e a tibieza da fé. Era simplesmente um protesto, sem pretensão de sucedimento.

Para acreditar possível uma reforma completa que faça do culto uma coisa séria, tirando-lhe o aparato e as empoeiradas usanças, era preciso admitir no clero certa elevação de vistas que infelizmente não lhe coube na partilha da humanidade. Sem exageração, o nosso clero é tacanho e mesquinho; nada enxerga para fora das paredes da sacristia, metade por ignorância, metade por sistema. Notem bem que eu não digo fanatismo ou excesso de fé. Neste desânimo, foi uma verdadeira e agradável surpresa a resolução tomada pela respectiva ordem, de suprimir a procissão de Cinzas, principalmente pelas razões em que se fundou a resolução e que concluem do mesmo modo que as censuras dos verdadeiros católicos.

Esta novidade, tanto mais admirou quanto a Cruz, jornal religioso desta Corte, órgão do clero, dando a notícia, se aliou um tanto às idéias que tinham determinado a resolução.

Não há louvor bastante para essa resolução; as procissões, não as aturam um ânimo religioso e civilizado; não fazem vir, desgostam a verdadeira fé, e, em troca disso, é positivo que não dão proveito algum.

Vinha a propósito refletir sobre a educação religiosa do nosso povo; apreciar a maneira por que se lhe incute a fé, fazendo o espetáculo e o fausto profano àquilo que é serviço do ensino e da palavra cristã. Não há melhor caminho para o materialismo, para a indiferença e para a morte da fé.

Deve instalar-se brevemente uma utilíssima associação de homens de letras. É coisa nova no país, mas de tal importância que me parece não encontrar o menor obstáculo. Trata-se de instituir leituras públicas de obras originais; para isso convidam-se os homens de letras residentes nesta Corte; talvez a esta hora a instalação seja coisa feita.

A iniciativa pertence a um distinto e erudito escritor que afaga a idéia de há muito e que uma vez por todas se lembrou de praticá-la ou abandoná-la, se não tivesse aceitação.

Não creio que tão nobre esforço seja sem efeito.

Naturalmente na próxima crônica estarei habilitado a falar dessa associação e das bases que houver adotado até lá, fico pedindo ao Deus dos escritores, se há um especial para eles, que ampare e dê vida a tão proveitosa idéia. Afazer o povo leituras sãs, educá-lo no culto do belo, ir-lhe encaminhando o espírito para a reflexão e concentração, trocando as diversões fáceis pela aplicação proveitosa, eis aí em resumo os grandes resultados desta idéia.

A direção do Ateneu Dramático fez há tempos uma excelente aquisição. Para dar começo ao ensino prático, que faz base do seu programa, convidou o Sr. *Emilio Doux*, que vai ensinar aos artistas ali contratados os preceitos da arte, acompanhando esse ensino as diferentes peças que se forem representando.

É claro que nas circunstâncias em que nos achamos relativamente a teatro, este ato pode ser fecundo de resultados, e é digno de menção. Ele prova que a direção do Ateneu Dramático aceita o cargo que se impôs, com uma missão de progresso, e que procura por todos os meios a seu alcance chegar a resultados definitivos.

Não são, portanto, auxiliares que faltam ao governo, se ele quiser tomar a peito a criação de um teatro normal; a insistência da iniciativa individual, que dá tão acertadas providências, esta indicando que o pensamento do governo pode encontrar hábeis mãos executoras.

O Ateneu Dramático, se perecer no meio dos esforços, ficará como um grande exemplo de coragem, de trabalho, de amor ao progresso, e o que é mais, um exemplo de verdadeiro progresso.

É força terminar; termino, não sem convidar o leitor a ir ouvir a *Risette do Alcazar*. Houve gente de mau gosto que procurou fazer crer que esta não é a verdadeira *Risette*.

Eh ! non, non, non,

Vous n'êtes pas Risette...

Não sei; não lhe vi a certidão de nascimento; mas se não é a tal *Risette*, é uma grande *Risette*, com certeza.

Tenho a honra...

15 DE MARÇO DE 1863.

Falei na minha crônica passada de uma reunião literária para instituir leituras públicas. Essa reunião não se efetuou como era de desejar, mas, pelo que me consta, trata-se de dar começo a propaganda da idéia. Já a aplaudi rápida e sinceramente. O que tenho de fazer agora é transcrever aqui a carta pela qual o Sr. A. de Pascual, iniciador da idéia, convidou para a reunião o poeta A. E. Zaluar. Nessa carta vão, apontados a utilidade e os exemplos das leituras públicas. O leitor, se é literato, fica convocado por ela:

"Meu caro Zaluar,

Foram os primeiros leitores públicos os homens de letras da livre e pensadora Grécia: Platão, Pitágoras e Aristóteles, Epicuro e Homero doutrinaram o povo, nas alamedas, nos jardins acadêmicos e peripatéticos, e mesmo mendigando nas ruas.

Esse modo popular de instruir o povo, deleitando-o e acostumando-o ao belo, passou por muitas modificações até atermar-se nas universidades da idade média.

O brado protestante dos reformadores alemães tornou popular o ensino dos gregos: *Lutero, Heiss, Calvino, Melanchton, Zwinglio*, etc., foram leitores públicos, mas o exclusivismo da Igreja Católica cortou as asas da leitura feita às massas, e limitou-a as acanhadas proporções da universidade, do Port-Royal e do templo, contrariando assim as tradições da sabedoria helênica e da liberdade cristã. Não deixou ouvir mais as vozes dos Paolos nas praças e encruzilhadas, nem outorgou o direito do livre pensamento, sufocando nas fogueiras públicas da Inquisição as centelhas do espírito humano ilustrado.

A revolução francesa, e o sistema constitucional dela oriundo, as modificações liberais por que passaram os séculos 18 e 19, ressuscitaram esse elemento de propaganda instrutiva para os povos, adotando a raça alemã e anglo-saxônica, pensadora e livre, o que haviam abafado os dominadores dos séculos baixos e supersticiosos.

Sem pretender remontar-me aos primeiros tempos da Inglaterra livre – *Cromwell*; da Itália dos *Machiaveli* da França de 1793; da Espanha comuneira do século 16 (1520) e da Alemanha protestante, direi que na atualidade primam como leitores públicos homens de estado consumados, literatos de primeira ordem, clérigos de acentuada inteligência, e fidalgos de antigos brasões.

Lord Derby, M.Gladstone, Lord John Russell e Lord Palmerston dão leituras públicas nos nossos dias, nos centros populosos da Grã-Bretanha.

Charles Dickens, o romancista inglês por antonomásia, dá-as agora mesmo em

Paris; o sábio Dr. *Simons*, alemão, fez em 1850 uma pingue fortuna nos Estados Unidos; *Kossuth*, o governador da Hungria em 1848, o abade *Gabazzi*, o célebre padre Ventura e muitos outros não menos conhecidos talentos deram e dão leituras em Paris, Londres, nos Estados Unidos, na Itália e mesmo na panteísta Alemanha, onde esta classe de instrução popular tem alcançado o auge da popularidade.

V. sabe que nos Estados Unidos, na Inglaterra e nas grandes cidades alemãs são preferidas estas leituras de viagens, novelas, biografias, história e ciências aos teatros, ateneus e templos, devendo-se notar que o povo paga para ouvir os leitores com maior gosto do que para assistir grátis aos templos e academias.

As vantagens derivadas destas leituras são imensas e eminentemente populares, e ao seu talento deixo o desenvolvimento de tão interessante tópico.

A indústria intelectual não pode por enquanto, — balda de fervorosos apóstolos, — arcar com o charlatanismo dos especuladores da matéria, traduzido em divertimentos públicos; mas, tende fé na inteligência, e lutai com denodo para tornar familiar entre as massas a instrução, de que tanto carecem para apreciar no seu justo valor a própria dignidade de seres intelectuais e livres.”

Dizer mais e melhor relativamente à idéia, me parece trabalho entregue essas linhas à reflexão do leitor.

Tenho presente dois livros; ambos novos, ambos portugueses. Um é o *Esboço histórico de José Estevão*, por Jacintho Augusto Freitas de Oliveira. Escrúpulos de consciência me fazem confessar a verdade, e vem a ser que eu, deste volume, não li mais do que uma dúzia de páginas. Se isto não basta para julgar da fidelidade com que o autor apreciou os acontecimentos políticos que cercam a vida de José Estevão, é suficiente para adquirir-se a certeza de que o finado orador português encontrou no seu biógrafo o mais sincero e entusiasta admirador dos seus talentos e das suas grandes qualidades políticas.

Notarei que o Sr. Freitas de Oliveira não se iludiu sobre o dever que lhe incumbia a resolução de escrever sobre José Estevão; e é de ver-se a honestidade com que no prólogo declara que não lhe vão exigir imparcialidade, porque escreve com as lágrimas nos olhos pela perda do amigo.

O volume, contendo quatrocentas páginas, encerra alguns fragmentos dos admiráveis improvisos de José Estevão. Relendo essas páginas, desentranhadas do todo das orações, trazidas para o livro, na ordem dos sucessos, mais uma vez se vê quanto perdeu a tribuna política de Portugal na morte do fundador da revolução de setembro...

A afeição que o Sr. Freitas de Oliveira protesta no prefácio da obra é confirmada nas poucas páginas que tal é o respeito e a admiração filiais com que o autor fala do extinto orador. As suas escusas literárias é que se não confirmam: o livro me parece bem escrito; e para concluir, acrescentarei que certas considerações gerais que acabo de passar pelos olhos notam-se tanto pelo fundo de verdade, como por certa aspereza de tom perfeitamente cabida no que fala em nome da probidade e da coerência política.

O outro tem por título *Luz coada por ferros*. É uma série de romances da Sra. D. Anna Augusta Plácido. Traz na frente o retrato da autora.

Má idéia essa, que previne logo o espírito em favor da obra, por não poder a gente conciliar a idéia de piores produções com tão inteligentes olhos. Felizmente que a leitura confirma os juízos antecipados. A Sra. D. A. A. Plácido é o que dela disse o Sr. Julio César Machado no prefácio da obra, para o qual remeto os leitores.

A sensibilidade é o primeiro dom das mulheres escritoras; a autora de *Luz coada por ferros* possui esse dom em larga escala; há períodos seus que choram e fazem comover pelo sentimento de que se acham repassados; outras vezes a escritora compraz-se em nos fazer enlevar e cismar.

É, talvez, por isso que não tem nota, se os há dos senões do livro. Do nome e da obra tomei nota como obrigação firmada para futuros escritos.

Uma mulher de espírito é brilhante preto; não é coisa para deixar-se cair no fundo da gaveta.

Estou no capítulo das escritoras. Depois da portuguesa aí vem a brasileira, contemporâneas no aparecimento, para confirmar, na ordem literária, a coincidência que se verifica muitas vezes na ordem política entre os dois países.

Com o título de Gabriela, representou-se ultimamente no Ginásio um drama da Sra. D. Maria Ribeiro. Circunstâncias especialíssimas não me permitiram assistir a essa estréia, o que não importou nada a certos respeitos, visto que eu já conhecia a peça em questão.

Fez-me a Sra. D. Maria Ribeiro a honra de comunicar a sua peça antes da exibição. Transmiti-lhe as minhas impressões em uma carta, impressões e não juízo, que tal não me cabia na ocasião fazer. Essas impressões foram das melhores, e, se não me fosse faltando espaço, as reproduziria aqui sucintamente.

A esta hora terão as grandes folhas dado o seu juízo acerca da peça; creio que serão unânimes e acordes comigo, salvo meros reparos de pormenores.

Dando sinceros parabéns a Sra. D. Maria Ribeiro e à literatura nacional, conto e espero, como espera a segunda, novas e cada vez melhores irmãs de *Gabriella*.

1º. DE ABRIL DE 1863.

Um livro de versos nestes tempos, se não é coisa inteiramente disparatada, não deixa de fazer certo contraste com as labutações diárias e as gerais aspirações. E note-se que eu já não me refiro à censura banal feita às vistas burguesamente estreitas da sociedade, por meia dúzia de poetas, que no meio de tantas transações políticas, religiosas e morais, recusam transigir com a realidade da vida, e dar a César o que é de César, tomando para Deus o que é de Deus.

Eles dizem que essa mutualidade por transação do real e do ideal, em tais condições, abate a porção divina que os anima e os faz indignos da coroa de fogo da imortalidade.

Têm razão. Mas as aspirações a que me refiro, qualquer que seja o seu caráter prático, não dispensam a intervenção do espírito, e então, não transigir com ela, é abrir um combate absurdo. Há quem diga com desdém que este século é do vapor e da eletricidade, como se essas duas conquistas do espírito não viessem ao mundo como dois grandes agentes da civilização e da grandeza humana, e não merecessem por isso a veneração e a admiração universal.

O que é certo, porém, é que em nosso país e neste tempo é coisa rara e para admirar um livro de versos, e, sobretudo um livro de bons versos, porque maus, sempre há quem os escreva, e se encarregue, em nome de outras nove musas, que não moram no Parnaso, mas algures, de aborrecer a gente séria e civilizada. Veja, pois, o leitor com que prazer e açodamento venho hoje falar-lhe de uma coleção de versos e bons versos!

O Sr. Augusto Emilio Zaluar, autor das *Revelações*, o volume a que me refiro, é já conhecido de todos para que eu me dispense de acrescentar duas palavras à opinião geral.

As *Revelações* contêm muitas poesias já publicadas em diversos, jornais, mas conhecidas umas por uns, outras por outros, de modo que, reunidas agora, se oferecem, passe a expressão, ao estudo de uma assentada.

Não intento, nem me cabe fazer juízo crítico da obra do poeta. Entendo que o exame de uma obra literária exige da parte do crítico mil qualidades e predicados que poucas vezes se reúnem em um mesmo indivíduo, havendo por isso muita gente que escreva críticas, mas poucos que mereçam o nome de críticos.

Dizer quais as impressões recebidas, como um simples leitor, não tão simples como o bufarinheiro, tenho a vaidade de supô-lo, eis aí a que me proponho e o que devo fazer sempre que por obrigação tenha de falar de algum livro.

Este que tenho à vista tem direito a uma honrosa menção. Se há nele poesias a que se poderia fazer mais de uma censura, se em algumas delas a inspiração cede à palavra, há outras, a maior parte, tão completas que bastariam para coroar poeta a quem não tivesse já essa classificação entre homens.

Na *Harpa Brasileira* encontramos uma parte destas. *A Casinha de sapê* é um fragmento poético dos mais completos do livro. A inspiração desliza entre a expressão franca e ingênua como o objeto da poesia. O espírito acompanha o poeta por entre os bosques sombrios onde

Uma casinha se vê

Toda feita de sapê.

O contraste da solidão com o ruído remoto do mar e do vento é descrito em poucos e lindos versos; a lembrança do passado, a descrição da casa abandonada e a melancolia do sítio, cantada em versos igualmente melancólicos, tudo faz dessa composição uma peça acabada.

O Ouro, que se segue, é composição das mais conceituosas. *O Filho das florestas* dá em resultado uma conquista de verdadeiro poeta.

Se o fundo não é inteiramente novo, a forma substitui pela concisão, pela propriedade e até pela novidade, uma dessas moralidades poéticas, próprias dos poetas pensadores que se distinguem dos poetas individuais em nos não cantarem eternamente as mesmas mágoas.

A família, *A minha irmã*, *Confissão*, etc.; são outras poesias que se destacam do livro por um mérito superior. De resto, tenho uma censura a fazer ao poeta, ou antes, são os seus admiradores que lhe fazem; e vem a ser, a de ter dado entrada no livro a muita poesia alheia. Se esse fato nos traz ao conhecimento pedaços de boa poesia, não é menos verdade que toma o lugar que poderia ser ocupado com igual vantagem pelo autor.

O livro do Sr. Zaluar merece ser lido por todos quantos apreciam poetas. Marca grande progresso sobre o seu primeiro volume *Dores e Flores* e revela bem que o poeta chegou à maturidade do seu talento.

Cifra-se nisto toda a bagagem literária da quinzena. Canta-se ou pensa-se a largos intervalos no nosso país. Anúncio tenho eu de boas novas. As folhas do Maranhão dão como a imprimir-se uma tradução da Guerra Gaulesa feita pelo erudito e elegante escritor maranhense Dr. Sotero dos Reis.

É excesso acrescentar uma palavra a esta notícia; o nome do tradutor é uma garantia da obra, como é uma das honras da terra de Gonçalves Dias, Lisboa e Odorico.

Para não impedir o leitor de ir assistir aos ofícios da semana santa, devo concluir despedindo-me até depois da Páscoa.

Avisam-me agora que o não faça sem inserir nestas páginas o seguinte bilhete. É de um amigo meu:

“Boa nova! O *Garnier* abriu assinaturas para a publicação de um poema do padre Souza Caldas, obra encontrada nas mãos de um herdeiro de seus numerosos escritos, e inteiramente inéditos.”

Satisfeito o pedido, convido o leitor a verificar por seus próprios olhos a notícia do meu officioso correspondente.

15 DE ABRIL DE 1863.

O mavioso Petrarca da Vila Rica deixou uma vez as liras apaixonadas, com que honrava a amante do seu coração, para tomar a chibata da sátira, e com ela sacudir a toga respeitada do governador de Minas.

O que era um governo no tempo de el-rei nosso senhor, de que poderes discricionários se revestiam o representante da soberania da Coroa, é coisa por demais sabida.

O de Minas estava naquele tempo nas mãos de D. Luiz Menezes. Gonzaga viu quantos perigos lhe estavam iminentes se atacasse face a face com o colosso do poder; mas a vida e a administração do governador estavam pedindo um protesto da sua musa. Resolveu escrever a parte anedótica do governo de Minas em cartas que intitulava *Cartas Chilenas* e que visavam um governador do Chile. Com esse disfarce pôde salvar-se e mandar à posteridade mui preciosos documentos.

Ao Sr. Dr. Luiz Francisco da Veiga se deve a exumação das *Cartas Chilenas*, mal e insuficientemente conhecidas, e que o digno brasileiro tirou da biblioteca de seu pai para pô-las completas na biblioteca da nação.

Este serviço às letras e à história dá-lhe pleno direito de aliar seu nome ao de uma tão importante obra. Se, em vez de ir parar às suas mãos inteligentes e desveladas, os manuscritos das *Cartas Chilenas* caíssem na posse de alguns indiferentes, certo que não teríamos hoje esses documentos, de cuja importância o Sr. Dr. Veiga se acha plenamente convencido.

Embora publicadas umas nove cartas em uma gazeta antiga, o fato de serem elas treze torna esta edição, que as traz completas, digna do interesse que despertou nos que estimam as coisas pátrias. Que esses animem e auxiliem o Sr. Dr. Veiga na investigação dos preciosos documentos de que diz estar cheia a sua biblioteca. Se para os *éplucheurs* de obras fúteis for serviço esse de medíocre valor e nulo interesse, certo que o não é para a gente séria, isto é, a competente para julgar de tais coisas.

Outra publicação da quinzena, digna de atenção pelo que encerra, posto que censurável pelo que não encerra, é o XI volume da *Biblioteca Brasileira* que se intitula: - *Apontamentos históricos, topográficos e descritivos da cidade de Paranaguá*, pelo Sr. Demetrio Acácio Fernandes da Cruz.

Abstendo-se inteiramente de considerações detidas e observações mais profundas,

o autor dá numerosa notícia de tudo quanto pode fazer conhecer a cidade de Paranaguá sob o tríplice ponto de vista indicado pelo título.

Tudo, fundação, descrição topográfica e hidrográfica, zoológica, mineralogia, indústria, população, tudo enfim quanto pode dar um conhecimento exato da cidade de Paranaguá se acha naquele livro.

Atendendo, sobretudo à aridez do trabalho, deve-se agradecê-lo ao autor, e dar como um exemplo a outros trabalhadores que façam o mesmo a respeito de todos os recantos do império.

Fecha a lista das publicações, na ordem cronológica, o primeiro volume do *Calabar*, romance do Sr. Mendes Leal, que está sendo publicado no *Correio Mercantil*.

Não me proponho a avaliar, por incompetência e por inoportunidade, visto que a obra não está concluída, o alcance e a verdade histórica desta novela; o que desde já posso deixar afirmado, embora não seja novidade, é que essas páginas consagradas pelo ilustre autor da *Herança do Chanceler* a um período importante da história brasileira, são escritos com aquele vigor e colorido, atributos da sua pena e por tantas páginas derramadas.

A redação do *Correio Mercantil* não pode receber senão muitos emboras pela publicação do *Calabar*.

Vai-me faltando espaço e eu devo falar ainda de uma nova peça representada no Ginásio Dramático. *A ninhada de meu sogro* intitula-se ela; é dividida em 3 atos, e parafraseada do francês pelo Sr. Dr. Augusto de Castro.

A modéstia e o receio do seu autor, que nem ousou chamar-lhe comédia, tiram-me o cabimento de uma severa crítica. Sem outra pretensão mais do que fazer rir, o Sr. Dr. A. de Castro, parafraseou o original francês, procurando dar as nuances necessárias à nova peça cuja ação faz passar na sociedade brasileira.

Não entro na investigação do grau e da medida em que o autor se afastou ou aproximou do original; é claro que as alusões locais não constituem cores locais, e o que ouvi na representação da *Ninhada de meu sogro*, não me dá notícia perfeita da parte tomada ou deixada à comédia francesa, que eu nem conheço.

O que importa, porém, desde já para mim, é a menção de uma convicção que tenho de há muito e que desejara que fosse compartilhada geralmente. Tenho esses trabalhos de imitação por inglórios.

O que se procura no autor dramático é, além das suas qualidades de observação, o grau de seu gênio inventivo; as imitações não podem oferecer campo a esse estudo, e tal inconveniente é altamente nocivo ao escritor, senão imensamente prejudicial à literatura.

Esta convicção se influi no meu julgamento da peça, não influi no juízo que eu possa fazer do autor. Quero crer que, por uma lealdade literária que lhe é imposta, a transladação do assunto da comédia francesa fosse feita na medida conveniente às suas vistas de autor dramático; e creio, porque ouvi, que há na sua comédia pedaços de merecimento.

1º. DE MAIO DE 1863.

Os extremos tocam-se, dizem. Eu, de mim, acho que é uma verdade; e, para não ir além da aplicação que ora me convém, lembro apenas que os pequenos

infortúnios têm um ponto de contato com as grandes catástrofes; e a bancarrota de um negociante de grosso trato não o afligirá mais do que me aflige o desfalque de assunto para a crônica desta quinzena.

Afligia-me, devo eu dizer; porque a boa estrela que preside aos meus dias, sempre me depara, na hora arriscada, com uma tábua de salvação.

Desta vez a tábua de salvação é uma carta, uma promessa e uma notícia. – Parecem três coisas, mas não são, porque a notícia e a promessa vão incluídas na carta.

A notícia é de um romance por fazer; e é promessa que me fez em uma carta um amigo a cujos escrúpulos de modéstia não posso deixar de atender; e de quem não posso assoalhar o nome.

Estou certo que o leitor não levaria a mal que eu desse neste ponto dois dedos de conversa acerca do meu salvador. Nada lhe direi; e a razão é que uma pintura viva e completa daria em resultado imediata contestação do retratado. Sucintamente posso dizer-lhe que só por vergonha é que o meu amigo não se faz anacoreta; mas se jamais veio ao mundo um homem com disposições à vida solitária e contemplativa é aquele; olha os homens por cima do ombro e prefere-lhes muito e muito as rolas e as cegonhas. Das cegonhas fala aplicando sempre a observação de Chateaubriand, "que as vi saindo aos bandos da península grega para África, do mesmo modo por que saíam no tempo de Péricles e de Aspásia. Tal é o contraste da mobilidade das coisas humanas com a imobilidade do resto da natureza", acrescenta o autor dos *Mártires* e o meu amigo adere do fundo d'alma a essa opinião. *Pelletan* tiraria de fato uma conclusão favorável à humanidade; mas o meu estranho amigo pensa diversamente e acredita de convicção que esta com a verdade.

Não conteste o leitor, porque eu faço o mesmo.

"Meu amigo, escreve-me ele, à força de não pensar no que me rodeia, atingi a um estado de desapego às coisas da vida que às vezes me acredito o único escapo de um cataclisma universal. Imagina com que sabor volto de quando em quando o pensamento para os sucessos do tempo. É uma nova ocasião de confirmar-me nas minhas anteriores impressões."

Dias passados lembrei-me de ser poeta. Vê lá a que ponto cheguei! Tomo a poesia como uma coisa dependente da vontade, como a construção de um prédio ou a fabricação de um pergaminho.

"Deixa passar a heresia."

Lembrei-me de ser poeta; e como não tenho vocação para isso, atribuirás tu esta disposição do espírito ao amor. O amor! Posso eu senti-lo? Reparo às vezes no cuidado com que, em todas as línguas que conheço, esta palavra é construída! Até as mais duras, como a de *Pope*, encontram o seu melhor som para exprimir este sentimento. Mas existe ele? Existe como deve ser, despido de toda a preocupação terrena, puro como o resumo que é de todos os outros amores? Nos livros dos poetas, de certo; na humanidade, não acredito.

E como não acredito, lembrei-me de escrever algumas páginas onde me ocupasse do contraste flagrante que há entre o sentimento e as hipóteses do fato. Imaginei um *Pilades*, três *Orestes* e uma *Safo*. Que se pode fazer com estas cinco figuras? Um romancinho, mais ou menos acidentado. O amor de *Pilades* e *Safo*; o amor de *Safo* e dos *Orestes*; a alternativa constante desta balança que se chama vida, cujas conchas se levantam e se abatem por singulares disposições do acaso e da criatura. Adubo a narração com a pintura do sofrimento de *Pilades*, e, se me parecer, acabo por fazê-lo lorpa de corpo e de alma, o que não será novo, mas

será agradável de ler, porque não faz chorar. Que me dizes ao pensamento? Não dá para cem páginas de oitavo? Penso que sim; já tenho algumas folhas de papel escritas; não sei se acabarei; talvez acabe; e então posso colocar a minha obra sob a proteção da tua amizade, que a fará inserir no *Futuro*.

“Talvez achem a história muito velha; responderei que ainda assim é bom repetir essas coisas; e como eu tenho de encarar a história por um ponto de vista pouco explorado, naturalmente lhe hão de achar novo sabor. Teu S.”

Fico implorando o deus dos poetas para que esta promessa se torne todo o caso, embora não venha a obra prometida, ganho eu com ela que me forneceu matéria para encher as páginas da minha crônica.

15 DE MAIO DE 1863

Se me fosse dado escrever uma crônica política, esta seria de todas as minhas crônicas a mais farta e a mais interessante. Com efeito, a situação a que pôs termo o decreto de 12 do corrente marca, na história do império, um dos mais graves e embaraçosos momentos; e a mais simples exposição do meu pensamento, em relação à gravidade do caso e ao alcance da medida, bastaria para encher o espaço de três crônicas.

Os ingleses têm, entre outras manias, a mania de grandes e singulares apostas. Não menos ingleses foram muitos dos nossos políticos que, confiado cada qual na sua impressão ou na sua esperança, lançaram-se aventura e ao azar da fortuna. Qual, apostava cem bilhetes da loteria afirmando a conservação da câmara temporária; qual, punha a sua fortuna em jogo, se alguém a quisesse aceitar, afirmando a conservação do gabinete; e neste movimento escoaram-se os dias que mediaram entre a abertura do parlamento e a dissolução da câmara.

Os mais espertos, dos tais que vivem

... *aux dépens de celui qui l'écoute*, afirmavam, uns a dissolução, outros o adiamento, outros a queda dos ministros, isto com um ar de iniciados nos segredos de cima, que faria rir ao mais grave e sisudo deste mundo.

O que é certo é que o ano de 1863 é e há de ser fecundo em acontecimentos. Aguardamos o que vier, e deixemos a apreciação do decreto de 12 de maio, não sem registrá-lo como uma data de regeneração. Fora da arena política nenhum acontecimento de alta importância prendeu a atenção pública; e se algum houve não teve o devido efeito em meio de tão graves preocupações.

Estava eu nestes cuidados, quando recebi uma carta acompanhada de um rolo de papel.

A carta dizia:

“Aí vão as páginas que te prometi. Não contando que desses publicidade à minha carta, guardava-me para concluir mais detidamente este trabalho. Já que foste indiscreto, paga a culpa da tua indiscrição. O que aí vai foi escrito às pressas; podia valer um pouco mais; assim nada vale. É do teu dever publicar estas linhas, e do meu assinar-me – Teu amigo – S.”

Abri o rolo e li na primeira página: *Um parênteses na vida*. A obsequiosidade do meu amigo Faustino de Novaes veio em meu auxílio: o começo de *Um parênteses na vida* vai publicado neste volume.

Essa novela é um fato pessoal, ou pura imaginação de poeta?

Tentei resolver este problema; procurei através de cada período a realidade ou a fantasia do assunto, e confesso que fiquei sabendo o que sabia. Seja como seja, leia o leitor o conto e julgue-o como lhe parecer.

Com a chegada do inverno vai o público dispensando alguma atenção com os teatros. O lírico, além dessa circunstância, tem a seu favor o fato de haver contratado novos artistas. Entre estes, figura o barítono português Antonio Maria Celestino.

A circunstância da sua nacionalidade que, por costumes e língua tão irmã é da nossa, serviu-lhe de senha para a simpatia pública. Sobre isso valeu-lhe o seu mérito intrínseco; e o aplauso público coroou-lhe os louváveis esforços.

As reflexões que me sugere o teatro lírico, as apreensões que nutro acerca dele, e que peço licença para não divulgar, levam-me naturalmente a considerações gerais a respeito do teatro. Tudo, porém, desaparece momentaneamente, diante de um caso triste: o ator João Caetano dos Santos acha-se gravemente enfermo.

Deve ser indiscutível para todos o mérito superior daquele artista; e as nações que sabem fazer caso destas glórias, devem sentir-se comovidas sempre que a morte as inscreve no livro da posteridade. Por isso, ao boato falso do falecimento do criador de *Cinna* o público comoveu-se; e hoje é certo que só há um desejo unânime: a vida de João Caetano dos Santos.

1.º DE JUNHO DE 1863.

O *Jornal de Recife* deu-nos duas notícias importantes, com a diferença de alegrar-nos a primeira tanto quanto nos contrista a segunda; refiro-me às melhorias de saúde de Gonçalves Dias e a morte de J. F. Lisboa, verdadeira a última ou não passa de deplorável engano? É lícito duvidar da exatidão dela, e, sem ofensa a folha pernambucana, deve-se esperar uma confirmação mais positiva. Não é que o fato seja impossível; mas o silêncio da imprensa portuguesa a respeito, silêncio impossível, a ter-se dado o caso, abre lugar à dúvida. Mau era se a indiferença de um país amigo e irmão fosse a única elegia que tivesse na morte um homem tão ilustre como o autor do *Jornal* de Timon.

Pelo que respeita a Gonçalves Dias, a mesma folha se refere a uma carta do poeta. Os seus sofrimentos não desapareceram de todo, nem deixam de ser grandes; mas o ilustre poeta está fora de perigo. Escreve de Dresde, e ia partir para Carlsbad, a fim de tomar banhos minerais. A esta notícia acrescenta que tem em mãos vários trabalhos literários que pretende mandar imprimir em Leipzig. Doente embora, o grande cantor nacional emprega a sua atividade em encher de novas jóias o seu já tão farto escrínio literário. Belo exemplo esse à mocidade de hoje, a quem pertence o futuro do país. É deste modo que o talento é sacerdócio. Que importa o labor de uma longa semana? Há, para muito descanso, o domingo da imortalidade.

Falando dos moços e indicando-lhes tal exemplo, devo mencionar, entre outros nomes, o do Sr. Bruno Seabra, maviioso poeta paraense, a quem já os leitores conhecem sem dúvida por suas delicadas composições. Acaba ele de chegar da Europa para onde partira há oito ou nove meses. Demorou-se em Paris a maior parte do tempo, aplicando como melhor pôde, a sua aptidão e o seu desejo de saber. Entre outras composições, trouxe já, impressa uma comédia em um ato, que intitulou: *Por direito de Patchouly*. O título indica o assunto: é a vitória do néscio cheiroso na luta com o homem chão e sisudo, coisa que se vê todos os dias, mas que o poeta reduziu a um ato chistoso, fácil, epigramático, original. Tem Bruno Seabra boas qualidades para o gênero, e a sua estréia, se alguma coisa tem

de menos, apresenta já, uma boa amostra do que ele pode fazer se não parar neste primeiro trabalho. Estou certo de que o autor das *Flores e Frutos* corresponderá à justiça que lhe faço, e trabalhará como lhe cumpre na medida do seu belo talento.

Em São Paulo publicou o Sr. Luiz Ramos Figueira, bacharel e estudante do 4.º ano de Direito, um volume a que deu por título *Dalmo ou os Mistérios da noite*.

Em boa justiça devem-se louvores ao Sr. Figueira. Se a sua obra acusa descuidos, revela qualidade de imaginação e de apreciação; há nela muitas belezas derramadas por muitas páginas. Uma boa crítica não pode deixar de acolher a obra do Sr. Figueira como um presente que promete outros muitos, e a isso fica virtualmente emprazado o leitor.

Pertence o Sr. Figueira à mocidade acadêmica de São Paulo, onde os moços sabem entremear os estudos jurídicos com os literários, e não esquecem a vocação do berço pelo labor do curso acadêmico.

E já que estou no capítulo dos moços, falarei de um, verdadeira criança, não tanto pelos anos, como pela ingenuidade do coração e do espírito. É nada menos que um poeta. Se lhe falta a beleza da forma, sobra-lhe o sentimento da poesia, que é o essencial e o que não se adquire.

Quem pode alcançar dinheiro de um usurário? Este é um usurário das musas, e para alcançar os versos que abaixo transcrevo, foi-me preciso surpresa. Ainda assim custou-me convencê-lo depois de que devia publicá-los. Consentiu sob condição de lhe não publicar o nome. Anuí. Os versos não são originais; são traduzidos de um poeta da Rumania. Não são perfeitos, mas são agradáveis de ler:

Sincero amor tu me juraste um dia
Até que a morte te deitasse o véu;
Tudo passou, tudo esqueceste, tudo,
Coisas do mundo, o erro não é teu.

“Ó meu amado, me disseste, eu quero,
Eu quero dar-te meu quinhão do céu!”
Dessas promessas olvidaste todas.
Coisas do tempo, o erro não é teu!

Sabes que pranto derramei no dia
Em que juraste o teu amor ao meu;
Morri por ti, tu me esqueceste, embora,
Coisas do sexo, o erro não é teu.

Mudo abracei-te; teu ardente lábio
Celeste orvalho sobre mim verteu;
Veio depois a gota de veneno...
Coisas do sexo, o erro não é teu.

Tudo, a virtude, o amor, a fé, a honra,
Tudo o que prometias, te esqueceu;
Ah! nem remorsos nem amor conheces.
Coisas do sexo, o erro não é teu!

A lei do ouro e da banal vaidade
Dessa tua alma fé e amor varreu;
Curaste a chaga, amorteceste a sede,
Coisas do sexo, o erro não é teu.

Pesar de tudo, o coração amante
Há de bater de amor no peito meu
Ao pressentir-te. Ficas sempre um anjo...
Coisas do amor, o erro não é teu!

O meu poeta procurou conservar a mais estrita fidelidade. Não vi o original e não pude comparar; mas há expressões, que ele próprio indica, e que são verdadeiras belezas do original; aquele verso.

Curaste a chaga, amorteceste a sede

é uma delas.

Parece-me a poesia graciosa, e como tal a ofereço aos leitores.

O meu poeta, esse, encerrado na sua torre de marfim, adormece e procura esquecer-se, poetando para si. Não louvo nem condeno a reclusão voluntária; admiro e lastimo.

Para concluir estas linhas, lançadas ao papel em uma época de verdadeiro fastio para mim, menciono o fato que há muito se não repete de uma reunião, tanto ou quanto numerosa, de artistas nesta Corte. Veio do sul Arthur Napoleão; de Lisboa, o Sr. *Croner*, clarinete, que teve em Londres o sucesso mais lisonjeiro que pode ter um artista, o da consagração entusiástica da crítica refletida e competente. Acrescentem-se a esses — outros, filhos do país ou estrangeiros aqui residentes e cujos nomes todos sabem. Se há ocasião para concertos é esta. Se cada um deles der a sua festa artística pode haver muitas e relativamente esplêndidas. No Lírico o barítono Celestino e o soprano Briol são aplaudidos pelos diletantes, e nomeadamente no *Rigoletto*, onde agradaram. Acrescente-se ainda que esta, a chegar uma companhia de ópera cômica francesa e terá se completado assim o capítulo da música. E eu termino este pedindo escusa da minha avidez.

Post-scriptum.

Já estava composta a crônica quando recebi uma notícia que me confirma nas esperanças de uma boa estação musical. Arthur Napoleão oficiou a comissão da subscrição nacional oferecendo os seus serviços em favor dos fins para que ela se organizou. Naturalmente a oferta será aceita. É inútil repetir o que em todos desperta este ato cavalheiresco do distinto pianista.

15 DE JUNHO DE 1863.

Confirma-se a notícia da morte de João Francisco Lisboa, mais conhecido pelo pseudônimo de Timon.

Faleceu em Lisboa, no dia 25 de abril, na idade de 49 anos, deixando ao nosso país a glória de um nome respeitado entre os mais eminentes.

Todos os que conhecem seus escritos dispensam da minha parte uma enumeração dos seus raros e elevados dotes, de seus profundos e sólidos estudos. A sua obra sobre o Padre Antonio Vieira virá confirmar a alta conta em que o tinham os seus compatriotas e todos quantos apreciam as boas letras.

Dizem que J. F. Lisboa se dispunha a escrever a história do Brasil para o que coligia documentos. É realmente para doer que a morte o viesse arrebatá-lo antes de realizada essa tarefa. As páginas da história brasileira receberiam deste modo aquela robustez de estilo e alta apreciação que faziam supor nas mãos de Timon a pena de Tácito.

Os seus escritos vão ser publicados a expensas de Sua Majestade o Imperador.

A morte de J. F. Lisboa deve contristar por mais de um motivo. Não é só a perda de tão ilustre brasileiro que há a sentir, senão também o mediocre efeito que esse triste acontecimento produziu. Como há muito mais de que falar, com um livro termino este escasso capítulo. O livro é o 2.º volume das lições de história pátria do Sr. Dr. Macedo. Sabem todos que o excelente poeta da *Nebulosa* estuda e sabe a fundo a história nacional, a que se dedica como um homem que lhe conhece a importância. Estes livros são destinados ao uso da mocidade.

Os que estimam as letras vão ter ocasião de apreciar uma novidade no país e ao mesmo tempo vão ter conhecimento de obras inéditas de autores conhecidos e estimados. Os meus leitores hão de lembrar-se de uma carta que publiquei, escrita pelo Sr. A. de Pascual ao Sr. Zaluar.

Era um convite para instituir leituras públicas ao uso da Inglaterra e Alemanha. Não se efetuou a reunião necessária e anunciada, e as leituras não se fizeram como fora de desejar. Entretanto a idéia ficou, e o Sr. Zaluar pretende realizá-la dentro de poucos dias. O primeiro curso é de seis leituras, como simples ensaio, a ver se o nosso público possui a necessária atenção, concentração e gosto para diversões dessa natureza.

Não desejo outra coisa mais do que o bom resultado da tentativa, a respeito da qual devem caber muitos louvores ao poeta das *Revelações*.

A imprensa conta mais um legionário, mas legionário tal que me coloca em uma difícil posição sobre o que lhe direi. O Sr. L. de *Nerciat* acha-se a frente de um jornal francês intitulado *Le Nouvelliste* de Rio de Janeiro. Suas vistas acerca do Brasil são, como declara, as mais cordatas e bem dispostas. É, entretanto, um órgão do partido legitimista, cuja bandeira hasteou, sem reboço ou reserva. Ora, semelhante bandeira nesta terra faz o efeito do *calção e meia de seda* entre as calças largas da civilização. A discussão dessas idéias destina-se unicamente à população francesa; mas, não interessando, nem pela singularidade, ao resto da população e nem a uma boa parte daquela, não creio no sucesso do *Nouvelliste*.

Seja-lhe, entretanto, levada em conta a sua boa vontade a nosso respeito. Ponham-se de parte aquelas convicções; a pena do Sr. De *Nerciat* deseja acertar no estudo de nossas coisas. Se puder conservar a separação devida entre os dois objetos a que se destina a sua gazeta, terá a gratidão de todos, certos como estão todos de que, em terra americana, as suas opiniões antiquadas não convencem nem arrastam ninguém.

Está o bispado do Rio de Janeiro acéfalo. Faleceu na idade de 65 anos o Sr. D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, conde de Irajá, autor de várias obras de teologia e moral. É coisa, que todos sabem. O que ninguém ainda sabe é sobre quem recairá a escolha do governo para substituir o finado prelado.

Essa escolha será das mais difíceis; precisa-se de um prelado altamente enérgico e ilustrado, que se compenetre da sua missão e faça do clero aquilo que ele não é; um prelado cuja força possa esmerilhar nesse corpo mais fanático que religioso, mais intolerante que instruído, os elementos puros ou aproveitáveis e com eles empreender a obra árdua de uma regeneração.

Tenho fugido hoje ao enlace dos períodos e faço nos assuntos verdadeiros saltos mortais. Assim o pede a hora.

Foi o leitor ouvir o Sr. *Croner*? Perdeu se não foi. Este artista que como é sabido, foi buscar em Londres a consagração do seu talento, justificou os juízos anteriores.

Em um instrumento tão ingrato como é o clarinete, sabe o Sr. *Croner* despertar as mais gratas harmonias. Pelo que respeita aos segredos da arte, ouvi a seu respeito honrosas palavras. O Sr. *Croner* pretende dar ainda um concerto, depois do que irá ao Rio da Prata.

Se o leitor é curioso, e ainda não ouviu o Sr. *Croner*, vá, no dia 19 ao Ginásio.

Terminarei transcrevendo para aqui a Carta que o nosso ilustre poeta Gonçalves Dias escreveu de Dresde ao Dr. Antonio Henrique Leal, no Maranhão:

"Desde o começo deste ano que estou lutando com um ataque de reumatismo, que me tem feito ver as estrelas e esgotado a pouca soma de paciência com que Deus foi servido dotar-me. Há dois dias que não me levanto, mal posso andar de fraqueza e escrevo com dificuldade."

"Assim, pois, antes de partir para Carlsbad, a fim de consertar o meu fígado e de ver se me desaparece um resto de ascite que me ficou, tenho de ir aos banhos de Tiplitz, aqui nas vizinhanças de Dresde, a ver se as minhas juntas querem tomar juízo."

"Todo o ano passado foi perdido para mim, e este vai ainda pelo mesmo teor: levanto-me da cama agora. Maio passo em Tiplitz, junho e julho em Carlsbad, depois mais um, ou dois meses de resguardo, lá se vai o ano."

"Quando me convencer de que isto não ata nem desata, tomo uma resolução, o adeus. Vou-me para o nosso Maranhão até que os tempos mudem, se mudarem."

1.º DE JULHO DE 1863.

Os homens que se ocupam seriamente das coisas do Brasil tem um duplo título ao nosso reconhecimento: o que resulta do próprio fato e o que procede da singularidade e da estranheza dele, no meio da indiferença e da exageração.

Por isso menciono logo no começo da crônica o livro do Sr. *Wolff* o *Brasil Literário*, belo volume em francês, que se não encontra ainda ou já se não encontra nas livrarias.

Tive ocasião de folhear esse volume, mas apenas folhear. O autor procurou ser o mais minucioso possível, e pareceu-me que o foi. Reparei, é certo, na exclusão de alguns verdadeiros poetas e na menção de outros a quem Alceste podia dirigir esta interrogação:

Quel Besoin si pressant avez-vous de rimer?

Et qui, diantre, vous pousse à vous faire imprimer?

Mas tudo é desculpável quando há no livro muito para agradecer. O Sr. *Wolff* socorreu-se do mais que podia para compor a sua obra; esse interesse e os verdadeiros resultados conseguidos tornam o seu nome digno de gratidão dos brasileiros.

E relativamente às publicações literárias, como se explica esta tal ou qual indiferença do Brasil vendo morrer um dos seus maiores pensadores? Haverá razões da circunstância e do momento ou vai amortecendo entre nós o amor da glória intelectual? Eu disse em uma das minhas crônicas passadas, dando notícia da morte de Timon, que não acreditava nela, em vista do silêncio que se notava na imprensa portuguesa diante de tal acontecimento. Era apenas uma conjectura

de homem a quem parecia que escritores como aquele não são comuns e merecem uma calorosa menção no dia em que passam dos labores da vida para as alegrias imperecíveis da eternidade. Façam-se em todo o império algumas exceções, ninguém mais comemorou a morte de J. F. Lisboa.

O que é certo é que o país perdeu, e sem remédio, muita página brilhante que o ilustre maranhense se preparava a escrever em honra dele.

Passemos a outros fatos, leitor, e sem sair do Maranhão. Meu dever de cronista só me deixa tocar nos assuntos.

O que vou mencionar não é uma novidade, propriamente dita. É mais uma prova do que já está muito sabido.

Em minha revista passada, falando da missão que cabe ao novo bispo alude ao estado do nosso clero, que é realmente e está a pedir uma mão de ferro em brasa. Nada significa o meu nome e eu não pretendo cadeira no parlamento. O que o leitor talvez não saiba é que, se o humilde cronista tivesse esta pretensão, meia dúzia de ministros do altar lavrariam logo circular conjurando os eleitores a não dar-me um voto sequer. É o que aconteceu agora a um deputado na assembléa maranhense. Tendo ele dito que o clero da província estava desmoralizado, alguns piedosos tonsurados travaram da pena e fizeram circular, pedindo que se não desse votação ao *blasfemo e sacrilego Dr. Tavares Belfort*.

Se o deputado Belfort tivesse dito do clero brasileiro o que disse do clero maranhense, de todos os pontos do império surgiriam circulares de excomunhão eleitoral contra ele.

Isto não faz mal algum, nem a vítima da fúria padresca fica menos do que é no corpo e na alma; mas o que provam estes fatos é que aqueles que pretendem servir a religião andam a expô-la a um grande ridículo, sem proveito para as suas pessoas, nem para ninguém.

Em um país novo, cuja maioria se divide em dois campos, a indiferença e a carolice, a missão dos ministros do altar era outra, era a missão apostólica, tolerante, elevada, a fim de convencer os incrédulos, e trazer os fanáticos ao conhecimento dos verdadeiros princípios da Igreja.

Em vez disso, os nossos padres divertem-se em lançar às urnas eleitorais a interdição religiosa, ou escrever gazetas sem tom nem som, a respeito das quais, ninguém sabe o que admirar mais, se a impudência dos redatores, se a paciência dos assinantes.

Ninguém que deseje a prosperidade do país pode deixar de almejar uma administração perfeitamente convicta da verdade, que tome a peito fazer dos padres apóstolos verdadeiros e dos jornais de sacristia sérias tribunas de propaganda.

Ponham à frente dos bispados homens tais e verão como as coisas mudam e começa uma era de regeneração.

Repito, o que indigna hoje, não é só a intolerância, e o ridículo com que ela se apresenta, ridículo funesto aos verdadeiros interesses da Igreja. E o que mais dói é ver que esta intolerância reside em um clero pela maior parte ignorante, sem prestígio, e verdade, mas também sem escrúpulos.

Dito isto, deixemos em santa paz os padres do Brasil.

Sua Majestade o Imperador acaba de mimosear o distinto artista português *Raphael Croner* com um magnífico alfinete de brilhantes, *como lembrança*, diz a

carta da mordomia, *do apreço em, que tem o seu merecimento.*

Este merecimento que o público já teve ocasião de reconhecer e aplaudir é dos mais incontestáveis. Na crônica da última quinzena fiz menção do nome do distinto artista com aquele respeito que me impõem o seu talento e os seus conhecimentos.

Em seu segundo concerto, dado ultimamente no Ginásio, anunciou o Sr. *Croner* umas variações de saxofone. O efeito provou mais que muito a expectativa; neste instrumento mostrou o Sr. *Croner* todos os dotes que o distinguiram no primeiro. Os aplausos do público coroaram o seu precioso trabalho.

O Sr. *Croner* vai fazer uma digressão pela província de S. Paulo depois do que voltará a esta Corte, para tomar o paquete da Europa. É natural que ainda se faça ouvir entre nós e confirmar ainda uma vez as boas impressões que lhe deram o nosso público e a nossa terra.

Outro artista português, e de renome, acha-se, como já sabem os leitores, nesta Corte. É conhecido velho. O menino Arthur está um homem, crescendo-lhe com a idade a rara perícia com que, desde os tenros anos, a todos admira. Deu um concerto no Teatro Lírico onde foi recebido na forma do costume e onde executou como sempre.

Teve também da parte do Imperador a mesma distinção que recebeu o Sr. *Croner*.

Brevemente tem lugar um concerto dado por ele, destinando-se o produto à subscrição nacional.

Esta oferta do pianista deve ser recebida pelos brasileiros com a maior gratidão.

Não quis Arthur Napoleão deixar de contribuir com o seu talento para a coleta patriótica a que se procede. É um ato que o honra e de que não nos esqueceremos, aliando sempre ao nome artístico que ele adquiriu, o de um amigo da nação.